

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
ESCOLA DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



MADALENA SIMÕES COSTA

O CONCEITO DE BEM-ESTAR ANIMAL PARA EFEITOS DA  
LEI N.º8/2017, DE 3 DE MARÇO

Orientador: Professor Doutor Henrique Sousa Antunes

*Dissertação de Mestrado  
no âmbito do Mestrado Forense  
com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito  
Especialidade de Direito Civil*

Lisboa  
2020

*Ao Noori e ao Mogli*

## **AGRADECIMENTOS**

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, ambos veterinários, por desde cedo me incutirem a paixão e o respeito por todos os animais, independentemente do seu tamanho, e por me apoiarem e ajudarem neste processo moroso e desafiante, contribuindo com as suas opiniões e revisões.

Gostaria de agradecer igualmente ao meu Orientador, o Exmo. Professor Doutor Henrique Sousa Antunes, por me acompanhar na minha paixão por animais, por toda a orientação necessária ao longo deste percurso e, especialmente, pelas ideias originais e fora da caixa que uma dissertação de mestrado desta natureza exigia.

Não menos importante foi a contribuição da Exma. Professora Doutora Ilda Rosa, especialista em comportamento e bem-estar animal, que me auxiliou nas questões mais técnicas relacionadas com a ciência do bem-estar animal e na elaboração das questões colocadas no inquérito.

Por fim, gostaria ainda de reconhecer e expressar o meu agradecimento a todos os profissionais da área que despenderam o seu tempo a responder ao inquérito, por partilharem um pouco da sua experiência e conhecimentos, essenciais ao estudo realizado no âmbito da presente dissertação de mestrado.

## RESUMO

A visão crescente dos animais de companhia como membros da família, acompanhada dos progressos científicos na temática da senciência animal, levou a que o bem-estar animal passasse a constar da ordem do dia de muitos ordenamentos jurídicos, incluindo do nosso país. Surgiu então um novo estatuto jurídico do animal, plasmado na Lei n.º8/2017, de 3 de março, que veio alterar vários diplomas existentes, em especial, o Código Civil, e que aponta no sentido da “descoisificação” dos animais. Não obstante, os mesmos continuam a poder ser objeto de um direito de propriedade, que passou a ter um conteúdo muito específico, regulado no novo artigo 1305.º-A do Cód. Civil, e que se distingue do direito de propriedade sobre coisas. Este direito de propriedade sobre animais encontra-se sujeito ao respeito pelo bem-estar animal, conceito este que, embora já presente noutros diplomas legais de natureza pública, foi transposto pela primeira vez para o plano jurídico-civil. Os proprietários de animais devem então proporcionar-lhes um ambiente e dieta adequados, providenciar pelas suas necessidades comportamentais naturais, prestar companhia e protegê-los de dor, sofrimento, lesões e doenças. Também os tribunais passaram a ter o seu poder de decisão sujeito ao bem-estar animal, no contexto da fixação do destino de animais de companhia em sede de divórcio ou rutura de união de facto, em virtude do novo artigo 1793.º-A do Cód. Civil. Na decisão sobre a qual dos cônjuges o animal de companhia deve ser confiado, os tribunais devem averiguar, para além dos interesses dos cônjuges e dos filhos do casal, qual dos cônjuges se encontra em melhor posição de assegurar o bem-estar do animal de companhia, tomando para esse efeito em consideração variados fatores, tais como a ligação emocional do animal de companhia aos cônjuges ou aos filhos do casal, acomodação/capacidade de proporcionar o manuseio adequado, tempo despendido com o animal, capacidade financeira, etc. Ora, nem sempre os interesses humanos se compatibilizam com o bem-estar animal, existindo nesses casos um conflito de interesses. Na impossibilidade de concertação prática de interesses, o legislador optou por secundarizar o bem-estar animal, subordinando-o aos interesses humanos, o que acarreta diversas consequências práticas, colocando desde logo em causa o dever de assegurar o bem-estar animal previsto no artigo 1305.º-A do Cód. Civil.

**Palavras-chave:** Bem-estar animal – Direito de propriedade sobre animais – Fixação do destino dos animais de companhia – Conflito de interesses

## ABSTRACT

The growing vision of companion animals as family members, accompanied by the scientific advances in animal sentience, has led to animal welfare being on the agenda in many legal orders, including our country. A new legal status of the animal was then created, embodied in Law No. 8/2017, March 3<sup>rd</sup>, which amended several existing laws, in particular the Civil Code, and which points towards the "non-materialization" of animals. Notwithstanding, they may still be the object of a property right, which now has a very specific content, regulated in the new article 1305-A of the Civil Code, different from property rights over things. This property right over animals is subjected to the respect for animal welfare, a concept that, although already present in other legal texts of public nature, has been transposed for the first time to the legal-civil plan. Owners must provide animals with an appropriate environment and diet, behavioral needs, company, and protect them from pain, suffering, injury, and disease. Courts have also seen their decision-making power been subjected to animal welfare in the context of determining the destination of companion animals in the event of divorce or dissolution of a *de facto* union, by virtue of the new Article 1793-A of the Civil Code. When deciding to whom the companion animal should be trusted, the courts should ascertain, in addition to the interests of the spouses and their children, which of the spouses is in the best position to ensure the welfare needs of the companion animal, considering several factors such as the emotional connection of the companion animal to the spouses or children, accommodation/capacity to provide proper management, time spent with the animal, financial capacity, etc. However, human interests are not always compatible with animal welfare, and there will be a conflict of interests in such cases. In the inability of reaching a concertation of interests, the legislator has chosen to subordinate animal welfare to human interests, which has several practical consequences, questioning the duty to ensure animal welfare laid down in Article 1305-A of the Civil Code.

**Key Words:** Animal welfare – Property rights over animals – Determination of the destination of companion animals – Conflict of interests

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BE – Bloco de Esquerda

Cód. – Código

n.º - Número

p. – Página

PAN – Partido Pessoas-Animais-Natureza

pp – Páginas

Proc. - Processo

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

## ÍNDICE

Introdução .....	7
1. As alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no Cód. Civil.....	9
1.1. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito do direito das obrigações: .....	10
1.2. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito dos direitos reais: 10	
1. 3. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito do direito da família: .....	12
2. O conceito de bem-estar animal para efeitos do direito de propriedade sobre animais:.....	14
2. 1. Os animais como objeto de um direito de propriedade: .....	14
2. 2. O conteúdo do direito de propriedade sobre animais: .....	14
2. 3. O conceito de bem-estar relevante para efeitos do direito de propriedade constante do artigo 1305.º-A do Cód. Civil: .....	17
2. 3. 1. O bem-estar animal no âmbito internacional, europeu e nacional:.....	18
2. 3. 2. Concretização do dever de assegurar o bem-estar animal: .....	21
2. 4. Breves considerações adicionais:.....	25
3. O conceito de bem-estar animal para efeitos do Direito da Família:.....	27
3. 1. Da fixação do destino dos animais de companhia: .....	27
3. 2. Dos critérios a atender na fixação do destino dos animais de companhia: .....	28
3. 2. 1. Dos interesses dos cônjuges:.....	28
3. 2. 2. Dos interesses dos filhos do casal:.....	30
3. 2. 3. Do bem-estar animal:.....	31
3. 3. Do conflito de interesses:.....	40
3. 3. 1. Consequências da posição secundária que o bem-estar animal ocupa: .....	44
Conclusão.....	50
Referências bibliográficas.....	53
ANEXO I .....	57

## Introdução

Atualmente, não só o número de animais de companhia tem vindo a aumentar como os mesmos passaram a ocupar um lugar de destaque no seio familiar, em particular nas sociedades ocidentais. Os animais de companhia são cada vez mais vistos como verdadeiros membros da família, razão pela qual se começa a falar em “*famílias multiespécie*”<sup>1</sup>. A crescente preocupação com o bem-estar e a proteção dos animais, acompanhada pelos avanços científicos na área da sciência animal, levou a que surgissem duas correntes filosóficas dominantes: a corrente do bem-estar animal (“*welfarist approach*”), mais moderada, que encara a proteção dos animais através da fórmula do “sofrimento necessário”, e a corrente abolicionista (“*rights approach*”), que propõe a libertação dos animais de todas as formas de dominação e exploração, vendo os mesmos como verdadeiro centro de imputação de direitos<sup>2</sup>. Paralelamente, e em particular no que toca aos animais de companhia, a visão generalizada dos mesmos como parte integrante do núcleo familiar teve como consequência o despoletar de uma evolução legislativa para a temática animal. Diversos países, de que são exemplo a Áustria, Suíça, Alemanha e França, alteraram as suas legislações, nomeadamente aos níveis constitucional e do direito civil, e adotaram outras, no sentido de conferirem uma maior proteção às diferentes espécies animais não humanas. Também o direito internacional e o Direito da União Europeia deram um passo em frente na proteção destas espécies em vários domínios, ao criarem diversos instrumentos legislativos, alguns dos quais vinculativos para os Estados-Membros. Daí falar-se na emergência de um novo ramo de Direito – o Direito dos Animais<sup>3</sup>.

A realidade acima descrita encontra-se igualmente espelhada no nosso país, que conta com cada vez mais animais de companhia nos seus lares, razão pela qual, nos últimos anos, tem vindo a ser bastante discutido o estatuto jurídico dos animais, em particular se lhes deve ser aplicado o regime aplicável às coisas, às pessoas ou se estamos perante um *tertium genus*. Se é verdade que até há relativamente pouco tempo os animais eram vistos aos olhos da lei como meras coisas, nas

---

<sup>1</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, pp. 11 e 13.

<sup>2</sup> GONÇALVES, Monique Mosca - «Bem-estar e produção animal no Direito europeu: estágio atual e novas perspectivas», in *O Direito*, Ano 150.º, 2018, II, Almedina, p. 409.

<sup>3</sup> Para mais desenvolvimentos veja-se GOMES, Carla Amado - «Direito dos animais: um ramo emergente?», in *Animais: Deveres e Direitos*, Conferência Promovida pelo ICJP em 11 de Dezembro de 2014.



suas três aceções, também é verdade que o legislador nacional não ficou indiferente a esta mudança sociocultural na forma como as pessoas encaram os seus animais de companhia. Por essa mesma razão, em 2017 foi criado o Estatuto Jurídico dos Animais (Lei n.º8/2017, de 3 de março), que veio alterar vários diplomas legais existentes, entre os quais o Código Civil (doravante designado por “Cód. Civil”). Como consequência deste novo estatuto, os animais deixaram de ser considerados coisas em sentido estrito, o que teve significativas consequências ao nível do direito de propriedade que incide sobre si e ao nível do direito da família, em particular, na determinação do seu destino em caso de divórcio ou rutura de união de facto. Uma das alterações introduzidas pela referida lei foi o aditamento do artigo 1305.º-A ao Cód. Civil, que prevê que os proprietários de animais têm o dever, entre outros, de assegurar o seu bem-estar, tornando-se assim visível a preferência do legislador pela tese dos deveres indiretos<sup>4</sup>. Não menos importante foi o aditamento do artigo 1793.º-A, também ao Cód. Civil, que determina que os animais de companhia, em caso de divórcio, devem ser confiados a um ou ambos os cônjuges, considerando, nomeadamente, os interesses dos cônjuges, dos filhos dos cônjuges e o bem-estar animal.

O objetivo da presente dissertação de mestrado consiste, num primeiro plano, em concretizar o conceito de bem-estar animal introduzido pelo legislador no Cód. Civil, em abstrato e em concreto no âmbito de um processo de divórcio ou de rutura de união de facto. Num segundo plano, destina-se a fazer uma reflexão sobre o modo como o bem-estar animal, enquanto valor a ser tutelado e à luz da opção legislativa transposta para o Cód. Civil, pode ser colocado em causa quando em confronto com outros interesses humanos, nomeadamente dos cônjuges e dos filhos do casal.

---

<sup>4</sup> Para mais desenvolvimentos veja-se BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017

1. As alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no Cód. Civil

Na sequência de várias iniciativas legislativas, de que são exemplo os Projetos-Lei n.º164/XIII (PS), 171/XIII (PAN), 224/XIII (PSD) e 227/XIII (BE), e petições dirigidas à Assembleia da República, como as Petições n.º 138/XI e 80/XII, foi, por fim, aprovada a Lei n.º8/2017, de 3 de março, que veio proceder à tão desejada e necessária mudança de paradigma, em especial, no âmbito jurídico-civil. Não obstante a referida lei ter vindo alterar vários diplomas, designadamente o Cód. Civil, o Cód. de Processo Civil e o Cód. Penal, para efeitos da presente exposição vamos atentar unicamente nas modificações introduzidas no Cód. Civil.

A referida Lei n.º8/2017, de 3 de março, veio estabelecer um novo estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, uma vez que até à data não existia nenhuma previsão normativa, no Cód. Civil, que reconhecesse a diferente natureza dos animais em relação às coisas e que, consequentemente, impusesse um tratamento distinto daquele dado a estas últimas. Até 2017, os animais eram considerados coisas, cabendo na previsão do artigo 202.º do Cód. Civil. Com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2017, de 3 de março, procedeu-se a uma reorganização sistemática do Cód. Civil, tendo sido aditado ao Título II (Das relações jurídicas), do Livro I (Parte Geral), entre o Subtítulo I - Das pessoas e o Subtítulo II - Das coisas, um Subtítulo I-A, com a denominação “Dos Animais”. No âmbito deste Subtítulo I-A foi introduzido o artigo 201.º-B, com a epígrafe “Animais”, que prevê que “*Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de protecção jurídica em virtude da sua natureza.*”, e o artigo 201.º-C, com a epígrafe “Protecção jurídica dos animais”, que determina que “*A protecção jurídica dos animais opera por via das disposições do presente código e de legislação especial.*”. Estas alterações e aditamentos ao Cód. Civil vieram eliminar a dicotomia existente no nosso ordenamento jurídico entre pessoas e coisas, passando-se a distinguir atualmente entre pessoas, animais e coisas. Do exposto resulta que, tal como refere MAFALDA MIRANDA BARBOSA e FILIPE ALBUQUERQUE MATOS, “*Com a recente alteração do Código Civil, os animais deixaram de ser vistos, no nosso ordenamento jurídico, como coisas, para passarem a assumir um estatuto próprio correspondente a um tertium genus entre as pessoas e as coisas.*”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017, p. 7.

Note-se que o que foi anteriormente mencionado não é prejudicado pelo facto de o artigo 201.º-D, igualmente introduzido no Cód. Civil pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, prever que “*na ausência de lei especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas*”, uma vez que tais disposições só serão aplicáveis se e na medida em que não sejam incompatíveis com a natureza de seres vivos dotados de sensibilidade dos animais, de acordo com o disposto na parte final do mesmo artigo.

Compete-nos agora conduzir uma breve exposição sobre as alterações introduzidas nas várias áreas do Cód. Civil, em virtude da aprovação do novo estatuto jurídico do animal.

#### 1.1. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito do direito das obrigações:

Em matéria de direito das obrigações, foi aditado o artigo 493.º-A à Secção V (Responsabilidade Civil), do Capítulo II (Fontes das obrigações), do Livro II (Direito das Obrigações) do Cód. Civil, cuja epígrafe consiste em “*Indemnização em caso de lesão ou morte do animal*” e que estabelece, no seu n.º1, que “*No caso de lesão de animal, é o responsável obrigado a indemnizar o seu proprietário ou os indivíduos ou entidades que tenham procedido ao seu socorro pelas despesas em que tenham incorrido para o seu tratamento, sem prejuízo de indemnização devida nos termos gerais.*”, no seu n.º2 que “*A indemnização prevista no número anterior é devida mesmo que as despesas se computem numa quantia superior ao valor monetário que possa ser atribuído ao animal.*” e, por fim, no seu n.º3 que “*No caso de lesão de animal de companhia de que tenha provindo a morte, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o seu proprietário tem direito, nos termos do n.º 1 do artigo 496.º, a indemnização adequada pelo desgosto ou sofrimento moral em que tenha incorrido, em montante a ser fixado equitativamente pelo tribunal.*”.

#### 1.2. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito dos direitos reais:

Conforme iremos analisar mais adiante nesta exposição, apesar de os animais terem deixado de ser considerados coisas, eles continuam a poder ser objeto de relações jurídicas,

nomeadamente de um direito de propriedade. Daí o legislador ter alterado o artigo 1302.º do Cód. Civil, que anteriormente previa que *“Só as coisas corpóreas, móveis ou imóveis, podem ser objecto do direito de propriedade regulado neste código.”*, e que agora prevê, no seu n.º1, que *“As coisas corpóreas, móveis ou imóveis, podem ser objeto do direito de propriedade regulado neste código”*, e no seu n.º2, que foi aditado, que *“Podem ainda ser objeto do direito de propriedade os animais, nos termos regulados neste código e em legislação especial.”*. Uma vez que o direito de propriedade que incide sobre coisas se distingue do direito de propriedade que incide sobre animais, procedeu-se ainda à modificação do artigo 1305.º do Cód. Civil, cuja epígrafe, que na sua redação originária consistia em *“Conteúdo do direito de propriedade”*, consiste agora em *“Propriedade das coisas”*. Neste sentido, foi ainda introduzido um artigo 1305.º-A ao Cód. Civil, que tem como epígrafe *“Propriedade de animais”*. O n.º1 do referido preceito determina que *“O proprietário de um animal deve assegurar o seu bem-estar e respeitar as características de cada espécie e observar, no exercício dos seus direitos, as disposições especiais relativas à criação, reprodução, detenção e proteção dos animais e à salvaguarda de espécies em risco, sempre que exigíveis.”*, o n.º2 estipula que *“Para efeitos do disposto no número anterior, o dever de assegurar o bem-estar inclui, nomeadamente: a) A garantia de acesso a água e alimentação de acordo com as necessidades da espécie em questão; b) A garantia de acesso a cuidados médico-veterinários sempre que justificado, incluindo as medidas profiláticas, de identificação e de vacinação previstas na lei.”* e, por fim, o n.º3 preconiza que *“O direito de propriedade de um animal não abrange a possibilidade de, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus-tratos que resultem em sofrimento injustificado, abandono ou morte.”*.

Ainda no plano dos direitos reais, embora com menor relevância para efeitos da presente exposição, foi alterada a Secção II, do Capítulo II (Aquisição da propriedade), do Título II (Do direito de propriedade), do Livro III (Direito das coisas) do Cód. Civil, que, na sua versão originária se designava por *“Ocupação”*, tendo sido modificada para *“Ocupação de coisas e animais”*. No âmbito desta Secção, foi igualmente alterado o artigo 1318.º do Cód. Civil, cuja epígrafe consistia em *“Coisas suscetíveis de ocupação”* e que atualmente consiste em *“Suscetibilidade de ocupação”*, estabelecendo que *“Podem ser adquiridos por ocupação os animais e as coisas móveis (...)”*<sup>6</sup>, acentuando desta forma a distinção entre animais e coisas. Do

---

<sup>6</sup> Negrito nosso.

mesmo modo, o artigo 1323.º, cuja epígrafe se mantém “Animais e coisas móveis perdidas”, passou a distinguir na letra dos seus números entre animal e coisa móvel. Ademais, foi introduzido um novo n.º3, que indica que “*deve o achador de animal, quando possível, recorrer aos meios de identificação acessíveis através de médico veterinário.*”, e um n.º7, que prevê que “*O achador de animal pode retê-lo em caso de fundado receio de que o animal achado seja vítima de maus-tratos por parte do seu proprietário.*”.

Por fim, foi revogado o artigo 1321.º do Cód. Civil, que determinava que “*Os animais ferozes e maléficos que se evadirem da clausura em que seu dono os tiver podem ser destruídos ou ocupados livremente por qualquer pessoa que os encontre.*”.

### 1. 3. Alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, no âmbito do direito da família:

A entrada em vigor da Lei n.º8/2017, de 3 de março, determinou a alteração do artigo 1733.º do Cód. Civil, referente aos bens excetuados da comunhão conjugal, tendo sido introduzida uma nova alínea - a alínea h) - segundo a qual são excluídos da comunhão conjugal “*os animais de companhia que cada um dos cônjuges tiver ao tempo da celebração do casamento*”. Contudo, note-se que esta incomunicabilidade não abrange os respetivos frutos, de acordo com o n.º2 do referido artigo, pelo que, tal como refere ANABELA PEDROSO “*(...) as ninhadas de um animal de companhia, ainda que de titularidade individual, estão sempre integradas na comunhão conjugal.*”<sup>7</sup>. Também o artigo 1775.º do Cód. Civil sofreu alterações. De acordo com o disposto neste artigo, o divórcio por mútuo consentimento pode ser instaurado a todo o tempo na Conservatória do Registo Civil, desde que os cônjuges cheguem a acordo relativamente aos assuntos previstos nas várias alíneas do n.º1. Em virtude da Lei n.º8/2017, de 3 de março, um dos acordos que os cônjuges passaram a ser obrigados a apresentar, ao lado do acordo relativo à relação especificada dos bens comuns, ao exercício das responsabilidades parentais, à prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça e à fixação da casa de morada de família, é o acordo referente ao destino dos animais de companhia, caso existam naturalmente, uma vez que foi aditada

---

<sup>7</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 20.

uma alínea f) ao n.º1 do referido artigo. Ou seja, com o novo estatuto jurídico dos animais, o decretamento do divórcio por mútuo consentimento passou a depender de os cônjuges chegarem a acordo quanto ao destino dos animais de companhia.

Adicionalmente, uma vez que compete ao juiz fixar as consequências do divórcio que os cônjuges não conseguiram acordar, tal como resulta do artigo 1778.º-A, n.º3 do Cód. Civil, o mesmo passou a ter de determinar a quem é que os animais de companhia devem ser confiados, na medida em que foi introduzida uma nova disposição relativa aos efeitos do divórcio (Subsecção IV) - o artigo 1793.º-A do Cód. Civil - que estatui que *“Os animais de companhia são confiados a um ou a ambos os cônjuges considerando, nomeadamente, os interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal e também o bem-estar animal”*.

## 2. O conceito de bem-estar animal para efeitos do direito de propriedade sobre animais:

### 2. 1. Os animais como objeto de um direito de propriedade:

A opção do legislador de introduzir, na Parte Geral do Cód. Civil, um Subtítulo I-A, com a epígrafe “Dos animais”, e de ter aditado o artigo 201.º-B, que prevê que “*os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de protecção jurídica em virtude da sua natureza*”, levou a que os animais deixassem de ser vistos, à luz do nosso ordenamento jurídico, como coisas. Até à reforma de 2017, tal como refere ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, os animais eram considerados coisas nas suas três aceções: (i) eram coisas em sentido amplo, por contraposição a pessoas; (ii) eram coisas em sentido próprio, na medida em que podiam ser objeto de relações jurídicas; (iii) e eram coisas em sentido estrito, uma vez que eram considerados coisas corpóreas, ao lado, por exemplo, de um livro<sup>8</sup>. Com as alterações introduzidas pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, “*os animais deixaram de ser considerados coisas em sentido estrito, mas não o deixaram de o ser em sentido próprio e em sentido amplo*”<sup>9</sup>. Daqui resulta que os animais continuam a não ser equiparados a pessoas e continuam a poder ser objeto de relações jurídicas, nomeadamente de direitos reais, sendo-lhes aplicável, subsidiariamente, o regime previsto para as coisas (em especial os Livro II e III do Cód. Civil), nos termos do artigo 201.º-D do Cód. Civil. Podendo os animais ser objeto de relações jurídicas, consequentemente, sobre eles pode recair um direito de propriedade.

### 2. 2. O conteúdo do direito de propriedade sobre animais:

Embora os animais possam ser objeto de um direito de propriedade, importa notar que este direito de propriedade que tem por objeto animais se autonomiza e distingue do direito de propriedade tradicional, que tem por objeto coisas. O legislador tornou esta distinção inequívoca ao proceder ao aditamento do n.º2 do artigo 1302.º do Cód. Civil, conforme já mencionado anteriormente. A diferença existente entre estes dois tipos de propriedade reside, pois, no seu conteúdo. O conteúdo do direito de propriedade sobre coisas encontra-se previsto no artigo 1305.º

---

<sup>8</sup> CORDEIRO, António Barreto Menezes - *A natureza jurídica dos animais à luz da Lei n.º8/2017, de 3 de março*, pp. 15 e 17.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 18.

do Cód. Civil, que determina que “*o proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas*”. Relativamente ao conteúdo do direito de propriedade sobre animais, este encontra-se regulado no artigo 1305.º-A do Cód. Civil, que determina, no seu n.º1, que “*O proprietário de um animal deve assegurar o seu bem-estar e respeitar as características de cada espécie e observar, no exercício dos seus direitos, as disposições especiais relativas à criação, reprodução, detenção e proteção dos animais e à salvaguarda de espécies em risco, sempre que exigíveis.*”, e no seu n.º3 que “*O direito de propriedade de um animal não abrange a possibilidade de, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus-tratos que resultem em sofrimento injustificado, abandono ou morte.*”. O artigo 1305.º-A do Cód. Civil veio então “*alterar substancialmente a noção romanística de propriedade (...) quando aplicada aos animais*”<sup>10</sup>, impondo aos seus proprietários deveres particularmente limitadores do exercício dos poderes que tradicionalmente compõem o direito de propriedade, que são os poderes de usar, fruir e dispor<sup>11 12 13</sup>.

Porém, tal não significa que, anteriormente à entrada em vigor da Lei n.º8/2017, de 3 de março, o direito de propriedade que recaísse sobre animais não tivesse quaisquer limitações. Desde logo, o artigo 1305.º do Cód. Civil, que anteriormente às alterações legislativas era aplicável aos animais, determinava que o proprietário apenas podia exercer os seus poderes “*dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas*”. Adicionalmente, tal como esclarece FILIPE ALBUQUERQUE MATOS e MAFALDA MIRANDA BARBOSA, “*(...) os direitos*

---

<sup>10</sup> REIS, Marisa Quaresma dos - «O Papel dos Tribunais na Densificação da Nova Dimensão Jurídica dos Animais», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 20.

<sup>11</sup> CORDEIRO, António Barreto Menezes - *A natureza jurídica dos animais à luz da Lei n.º8/2017, de 3 de março*, p. 20.

<sup>12</sup> No sentido de que se trata de verdadeiros deveres, veja-se o sustentado por HÖRSTER, Heinrich Ewald - «A propósito da Lei n.º 8/2017, de 3 de Março: os animais ainda serão coisas (objectos da relação jurídica)?», in *Revista Jurídica Portucalense*, Vol. 2017, No. 22, p. 9: “*(...) o artigo 1305º-A não deixa dúvidas que não confere direitos aos animais – cujo respeito, aliás, nem podiam exigir por acto próprio – mas determina antes deveres, obrigações precisas, para os seus proprietários.*”.

<sup>13</sup> No mesmo sentido, BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017, p. 140, que defendem que: “*(...) encontramos-nos perante uma situação em que os deveres jurídicos que recaem sobre o proprietário não são estabelecidos no interesse de outrem, pois aos animais não é, nem deve vir a ser, reconhecida personalidade jurídica. Desta feita, não nos encontramos aqui perante a categoria clássica do dever jurídico (seja este concebido como um dever de prestar, ou seja o mesmo configurado enquanto dever geral de abstenção) integrável no âmbito do conceito de obrigação em sentido amplo, mas sim de vinculações dos proprietários destinadas a proteger interesses públicos ligados à tutela do bem-estar, saúde e preservação de espécies animais.*”.



*reais estão longe de ser entendidos como simples poderes. Pelo contrário, integram no seu conteúdo não só um conjunto de poderes (faculdades jurídicas secundárias), como também deveres que lhe são comunicados pelo seu estatuto, definido por lei. Tais deveres, de conteúdo positivo ou negativo, podem ter como fonte imediata normas de direito público. Quer isto dizer que (...) o exercício dos poderes correspondentes ao direito de propriedade sobre um animal, que seja seu objecto, ficava limitado pelo respeito pelas prescrições normativas de protecção dos seres irracionais.”*<sup>14</sup>. Pensemos, nomeadamente, na Lei de Protecção aos Animais (Lei n.º92/95, de 12 de setembro), na Lei n.º69/2014, de 29 de agosto, que procedeu à criminalização dos maus-tratos a animais de companhia, no Regime Jurídico de Detenção de Animais de Companhia Perigosos e Potencialmente Perigosos Como Animais de Companhia (Decreto-Lei n.º312/2003, de 17 de dezembro), na Portaria n.º359/1992, de 19 de novembro, relativa às espécies proibidas como animais de companhia, no Sistema de Identificação de Caninos e Felinos (Decreto-Lei n.º313/2003, de 17 de dezembro), no Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos, anexo à Portaria n.º421/2004, de 24 de abril, entre outros.

Também na jurisprudência, tal como refere ANABELA PEDROSO, “já havia a preocupação de deixar reforçada a ideia de que os animais e a propriedade sobre si incidente tinham características especiais”<sup>15</sup>. A título ilustrativo, veja-se o Tribunal da Relação do Porto que afirmou, num acórdão, que “Constitui um dado civilizacional adquirido nas sociedades europeias modernas o respeito pelos direitos dos animais, a aceitação de que os animais são seres vivos carecidos de atenção, cuidados e protecção do homem, e não coisas de que o homem possa dispor a seu bel-prazer (...).”<sup>16</sup>, e noutro que “Os animais, não obstante considerados pelo nosso ordenamento jurídico como coisas (nos termos do artigo 202.º, n.º 1), fazem parte daquele tipo de propriedade a que tradicionalmente se chama propriedade pessoal, ou seja, propriedade de certos bens que estão ligados à auto-construção da personalidade, razão pela qual na sua actividade

---

<sup>14</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017, p. 7.

<sup>15</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 17.

<sup>16</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de fevereiro de 2015, Proc. n.º1813/12.6TBPNF.P1, Relator Aristides Rodrigues De Almeida.

*valorativa e coordenadora, o juiz tem de atender ao valor pessoalmente constitutivo que o animal possa ter para o seu dono.”*<sup>17</sup>.

## 2. 3. O conceito de bem-estar relevante para efeitos do direito de propriedade constante do artigo 1305.º-A do Cód. Civil:

Vimos anteriormente que o legislador impõe aos proprietários de animais um elenco de deveres constantes do n.º1 do artigo 1305.º-A do Cód. Civil, designadamente o dever de assegurar o bem-estar do animal, de respeitar as características de cada espécie e de observar, no exercício dos seus direitos, as disposições relativas à criação, reprodução, detenção e proteção dos animais, e à salvaguarda de espécies em risco, sempre que exigíveis. Sem prejuízo dos demais deveres, para efeitos da presente dissertação vamos focar a nossa atenção na primeira parte do preceito em causa, mais concretamente, em saber em que é que consiste o dever dos proprietários de assegurarem o bem-estar dos animais, em particular, dos animais de companhia.

Importa, contudo, fazer duas considerações prévias. Primeiramente, é de notar que esta exigência de tutela do bem-estar animal decorre do facto de os animais serem reconhecidos, à luz do nosso ordenamento jurídico, como seres dotados de sensibilidade<sup>18</sup>, tal como resulta do artigo 201.º-B do Cód. Civil, ou seja, como seres que são capazes de sentir prazer e sofrimento. Em segundo lugar, e uma vez que no âmbito da presente exposição vamos focar a nossa atenção nos animais de companhia, importa referir que no Código Civil não existe nenhuma definição de animais de companhia, pelo que teremos de recorrer a outros diplomas legais – convocando o princípio da unidade do sistema jurídico – para integrar este conceito<sup>19</sup>. Por animal de companhia deve-se então entender “*qualquer animal detido ou destinado a ser detido pelo homem, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia*”, tal como decorre do artigo 2.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e também do artigo 389.º, n.º1 do Cód.

---

<sup>17</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de novembro de 2016, Proc. n.º3091/15.6T8GDM.P1, Relator Manuel Domingos Fernandes.

<sup>18</sup> “*O Direito português passa a garantir, na aplicação das regras do direito de propriedade dos animais não humanos, que se leve em conta seu bem-estar, pois são seres dotados de sensibilidade.*”, SIMÃO, José Fernando - «Direito dos Animais: Natureza Jurídica. A Visão do Direito Civil», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Ano 3 (2017), n.º 4, p. 904.

<sup>19</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 21.

Penal. Daqui resulta que todos os animais podem ser considerados animais de companhia (incluindo aqueles que, para além de se destinarem a entretenimento e companhia, se destinem também a auxiliar em determinadas tarefas, como por exemplo, o caso dos cães pastores), desde que não abrangidos por legislação especial que proíba a sua detenção<sup>20</sup>, uma vez que se refere “qualquer animal”.

Ora, o legislador veio, no n.º2 do artigo 1305.º-A do Cód. Civil, indicar que o dever de assegurar o bem-estar animal inclui determinadas obrigações, nomeadamente “A garantia de acesso a água e alimentação de acordo com as necessidades da espécie em questão” e “A garantia de acesso a cuidados médico-veterinários sempre que justificado, incluindo as medidas profiláticas, de identificação e de vacinação previstas na lei.”. Do exposto resulta que o proprietário tem o dever de “assegurar as necessidades básicas do animal de que é proprietário, ao nível da alimentação, hidratação e cuidados de saúde”<sup>21</sup>. Todavia, uma vez que o legislador optou por utilizar a expressão “nomeadamente”, não restam dúvidas quanto ao carácter meramente exemplificativo da enumeração constante deste preceito<sup>22</sup>. E não poderia ser de outra forma, visto que as obrigações identificadas no referido preceito se afiguram bastante vagas e genéricas, assemelhando-se aos princípios e regras proclamados em diplomas legais destinados a garantir o bem-estar dos animais<sup>23</sup>.

### 2. 3. 1. O bem-estar animal no âmbito internacional, europeu e nacional:

No plano internacional, podemos desde logo destacar a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que prevê, nomeadamente, que todos os animais têm o direito a serem respeitados, à atenção, aos cuidados e à proteção do homem (artigo 2.º, n.º1 e 2) e a não serem submetidos a maus-tratos e a atos cruéis (artigo 3.º, n.º1), e, quanto aos animais de companhia em especial, que estes têm o direito a viver e crescer ao ritmo e nas condições de vida e de liberdade que são próprias da sua espécie (artigo 5.º, n.º1) e que o abandono é um ato cruel e degradante (artigo 6.º, n.º2).

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>21</sup> PASSINHAS, Sandra - «O Novo Estatuto Jurídico Dos Animais – A Questão Da Colisão De Direitos», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, pp. 72 e 73.

<sup>22</sup> BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017, pp. 139 e 140.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 140.

Deve-se ainda atender aos códigos de conduta e regras não vinculativas definidos por entidades internacionais, tais como a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE)<sup>24</sup>, que define bem-estar animal como “(...) *how an animal is coping with the conditions in which it lives. An animal is in a good state of welfare if (as indicated by scientific evidence) it is healthy, comfortable, well nourished, safe, able to express innate behaviour, and if it is not suffering from unpleasant states such as pain, fear and distress.*”<sup>25</sup>.

Ao nível europeu, onde foram adotadas as concepções bem-estaristas, existe um conjunto de legislação avulsa sobre bem-estar animal. É de salientar o artigo 13.º do TFUE, introduzido pelo Tratado de Lisboa (2007), que veio, na linha da Declaração n.º24, anexa ao Tratado de Maastricht (1992), e do Tratado de Amsterdão (1997), reconhecer expressamente a senciência animal, estabelecendo o bem-estar dos animais como um princípio conformador da política legislativa da União Europeia e dos Estados-Membros e representando uma base jurídica e uma fonte de obrigações para o decisor da União e para os decisores dos Estados-Membros<sup>26</sup>. Merece ainda especial destaque a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, que prevê, nomeadamente, que qualquer pessoa que possua um animal de companhia, ou que tenha aceite ocupar-se dele, deve ser responsável pela sua saúde e pelo seu bem-estar, deve proporcionar-lhe instalações, cuidados e atenção que tenham em conta as suas necessidades ecológicas, em conformidade com a sua espécie e raça, devendo fornecer-lhe, em quantidade suficiente, a alimentação e a água adequadas, dar-lhe possibilidades de exercício adequado e tomar todas as medidas razoáveis para não o deixar fugir (artigo 4.º, n.º1 e 2); que nenhum animal de companhia deve ser treinado de modo prejudicial para a sua saúde ou o seu bem-estar, nomeadamente, forçando-o a exceder as suas capacidades ou forças naturais ou utilizando meios artificiais que provoquem ferimentos ou dor, sofrimento ou angústia inúteis (artigo 7.º); e ainda que as intervenções cirúrgicas destinadas a modificar a sua aparência são proibidas, em especial, o corte da cauda e das orelhas (artigo 10.º).

---

<sup>24</sup> DUARTE, Maria Luísa - «Direito da União Europeia e estatuto jurídico dos animais: uma grande ilusão», in *Animais: Deveres e Direitos*, Conferência Promovida pelo ICJP em 11 de Dezembro de 2014, p. 36.

<sup>25</sup> GONÇALVES, Monique Mosca - «Bem-estar e produção animal no Direito europeu: estágio atual e novas perspectivas», in *O Direito*, Ano 150.º, 2018, II, Almedina, pp. 410 e 411.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 408 e 410.

Também no âmbito do direito português podemos apontar alguns diplomas, apresentando especial importância o Decreto-Lei n.º276/2001, de 17 de outubro, que veio regulamentar a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia. Tal define, no seu artigo 2.º, alínea g), bem-estar animal como o “*estado de equilíbrio fisiológico e etológico de um animal*”, vindo posteriormente determinar que os detentores de animais de companhia que se dediquem à sua reprodução, criação, manutenção ou venda devem cumprir uma série de deveres no que toca ao seu alojamento. Embora este diploma tenha sido pensado para o alojamento de animais de companhia para fins de reprodução, criação, manutenção ou venda, consideramos que algumas das normas dele constante podem ser igualmente aplicáveis aos proprietários de animais de companhia. A título exemplificativo veja-se o artigo 25.º, n.º4, que determina, em termos gerais, que os alojamentos devem possuir estruturas e objetos que permitam enriquecer o meio ambiente, nomeadamente prateleiras, poleiros, ninhos, esconderijos e material para entretenimento dos animais, conforme as espécies. Os artigos seguintes vêm estabelecer as condições de alojamento adequadas às várias espécies de animais de companhia. O artigo 26.º, a propósito de pequenos roedores e coelhos, prevê que as caixas onde os animais são colocados devem estar providas com o material de cama em quantidade suficiente, o qual deve ser renovado regularmente (n.º1); que as dimensões das caixas devem obedecer aos parâmetros mínimos adequados à espécie constantes do Anexo II ao diploma (n.º2); e que a dimensão das caixas deve ser adequada a todas as fases de desenvolvimento do animal (n.º3). Posteriormente, o artigo 27.º, aplicável a cães e gatos, estabelece, novamente, que o alojamento destes animais deve obedecer às dimensões indicadas no Anexo II ao diploma (n.º1); que os cães e gatos confinados em gaiolas devem poder fazer exercício pelo menos uma vez por dia, devendo este, no caso dos cães, ser feito em recinto exterior, coberto ou descoberto, com superfícies de exercício suficientemente grandes para permitir que os animais se movimentem livremente, e com materiais para seu entretenimento; no caso dos gatos, as gaiolas devem estar sempre providas de tabuleiros para excrementos, de superfícies de repouso em diferentes níveis de altura e de estruturas e objetos que lhes permitam subir, afiar as garras, bem como entreter-se (n.º4, 5 e 6). Por sua vez, o artigo 28.º, relativo a aves, determina que as dimensões das gaiolas devem ser tais que as aves possam bater as asas sem entrave (n.º1); que as gaiolas devem estar equipadas de poleiros cujo diâmetro esteja adaptado às espécies (n.º2); que os comedouros e bebedouros devem ser colocados de forma a não serem sujos pelos excrementos (n.º3); que as aves devem ter a possibilidade de tomar banho de areia ou de água consoante as suas

necessidades, devendo para isso ter à sua disposição recipientes adequados (n.º4); que as gaiolas não devem localizar-se em locais com correntes de ar e devem ser bem iluminadas em todos os seus cantos (n.º5); que no caso de alojamento em casais ou em grupo, a largura das gaiolas deve ser de pelo menos o dobro da envergadura da ave, sendo necessário instalarem-se vários poleiros em diferentes alturas (n.º7, segunda parte e n.º8); e que, no caso de psitacídeos (como papagaios, araras, periquitos, catatuas, etc.), dever-se-á enriquecer o ambiente ao colocar objetos com substrato de madeira, nomeadamente ramos, troncos, vegetação e outros objetos de diversão, tais como bolas (n.º12, alínea d)). No que toca aos répteis, o artigo 29.º do mesmo diploma preconiza que os terrários devem ser equipados com um mínimo de infraestruturas correspondentes às necessidades dos seus ocupantes, como, por exemplo, ramos para trepar, plantas vivas ou artificiais, recipientes com possibilidade de esconderijo e de se banhar (alínea a)); que a parte aquática dos recipientes para tartarugas deve ser aquecida através de calor irradiado, nomeadamente lâmpadas incandescentes e lâmpadas de aquecimento especiais (alínea b)); e que as dimensões dos alojamentos devem obedecer aos parâmetros mínimos adequados à espécie constantes do Anexo V ao diploma (alínea f)). Por fim, o artigo 31.º prevê, relativamente aos peixes, nomeadamente, que os aquários devem ter uma dimensão e capacidade de água tal, tendo em conta a quantidade de peixes que nele se encontram, que a água dos aquários deve ser filtrada permanentemente e que os aquários devem ser climatizados de tal forma que a temperatura seja adequada aos peixes que alojam, devendo a intensidade de iluminação e a qualidade da luz ser tais que o crescimento de plantas seja possível.

### 2. 3. 2. Concretização do dever de assegurar o bem-estar animal:

Não obstante os diplomas legais anteriormente referidos, a verdade é que não existe nenhuma definição universalmente aceite na comunidade científica de bem-estar animal, nem um método científico universalmente reconhecido para avaliar o mesmo. Largamente difundida na Doutrina foi a ideia das Cinco Liberdades (“*Five Freedoms*”), que surgiu no seguimento do Relatório Brambell em 1965<sup>27</sup> e que foi adotada pela *Farm Animal Welfare Committee*, que

---

<sup>27</sup> “In 1965, growing public concern in the UK over the treatment of animals in intensive livestock farming led to the development of an independent inquiry into farm animal welfare, and the subsequent publication of the Brambell Report (Brambell, 1965).”, WSAVA Animal Welfare Guidelines for Companion Animal Practitioners and Veterinary Teams, p. 15.

estabelecia cinco liberdades essenciais para a definição de bem-estar animal: i) ausência de fome e sede; ii) evitação de dor, ferimento e doença; iii) ausência de desconforto; iv) liberdade de expressar comportamento normal; e v) ausência de medo ou sofrimento<sup>28</sup>. Contudo, a ideia de “liberdades” tem vindo a ser considerada ultrapassada, por se entender que não é precisa o suficiente para ser utilizada como base para avaliar o bem-estar animal<sup>29</sup>. A ideia das Cinco Liberdades foi então adaptada por vários autores. Em razão de se ter começado a dar ênfase às necessidades<sup>30</sup> dos animais, tanto físicas como psicológicas, mais do que às suas liberdades, surgiu a teoria das Cinco Necessidades para o Bem-Estar Animal (“*Five Animal Welfare Needs*”)<sup>31</sup>, que determina que devem ser asseguradas: i) a necessidade de um ambiente adequado; ii) a necessidade de uma dieta adequada; iii) a necessidade de poder exibir padrões de comportamento normais; iv) a necessidade de ser alojado com, ou à parte de, outros animais; e v) a necessidade de ser protegido de dor, sofrimento, lesões e doenças. Paralelamente, foi criada a teoria das Cinco Provisões (“*Five Provisions*”), que prevê que aos animais devem ser proporcionados: i) uma boa nutrição; ii) um bom ambiente; iii) uma boa saúde; iv) um comportamento adequado; e v) experiências mentais positivas<sup>32</sup>.

Para efeitos da presente dissertação, não nos propomos a adotar ou defender nenhuma das teorias acima mencionadas, nem pouco mais ou menos a apresentar uma que consideremos espelhar o bem-estar animal. Porém, e de modo a atribuir um conteúdo palpável ao dever de assegurar o bem-estar animal por parte dos proprietários, resultante do artigo 1305.º-A do Cód. Civil, que, não se olvide, consiste no nosso objetivo no presente capítulo, iremos fazer uma análise dos deveres dos proprietários que consideramos deverem ser cumpridos de modo a garantir o bem-estar dos animais de companhia. Para este efeito, para além de tomarmos em consideração todos

---

<sup>28</sup> GONÇALVES, Monique Mosca - «Bem-estar e produção animal no Direito europeu: estágio atual e novas perspectivas», in *O Direito*, Ano 150.º, 2018, II, Almedina, p. 411.

<sup>29</sup> BROOM, Donald M. - «A History of Animal Welfare Science», in *Acta Biotheoretica*, 2011, p. 13.

<sup>30</sup> “Broom and Johnson (1993) defended that determining the animal’s needs is far more important and can transform welfare into a measurable scientific concept. For them, “needs” are requirements, fundamental in the biology of the animal, to obtain a specific resource or answer to a particular environmental or bodily stimulus”, FRAGOSO, Mariana Figueiredo - *Short-Term Behavioural Reactions of Two Dolphin Species To A Biopsy. Pole System: A Preliminary Assessment of Animal Welfare And Technique Validation*, Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina Veterinária, p. 27.

<sup>31</sup> WSAVA Animal Welfare Guidelines for Companion Animal Practitioners and Veterinary Teams, p. 15.

<sup>32</sup> MELLOR, David J. - *Moving beyond the “Five Freedoms” by Updating the “Five Provisions” and Introducing Aligned “Animal Welfare Aims”*.

os diplomas legais e teorias difundidas na comunidade científica mencionados ao longo da presente exposição, recorreremos essencialmente aos Códigos de Prática para o Bem-Estar de Cães e Gatos (“*Code of Practice for the Welfare of Dogs*”<sup>33</sup> e *Code of Practice for the Welfare of Cats*”<sup>34</sup>), de dezembro de 2017, constantes do Animal Welfare Act 2006<sup>35</sup>, do Reino Unido, que se destinam a fornecer orientações práticas à aplicação do referido diploma, por considerarmos que tais códigos, embora não exaustivos, e relativos apenas a cães e gatos, concretizam o bem-estar diário dos animais de companhia, sendo por essa razão, a nosso ver, uma inspiração para todos os países que pretendam adotar legislações protetoras do bem-estar animal.

De acordo com os referidos Códigos de Prática, cumpre aos proprietários proporcionarem aos seus animais de companhia um ambiente adequado, independentemente de ser um espaço interior ou exterior. Tal significa um ambiente seguro, ou seja, protegido de eventuais perigos, tais como janelas e varandas abertas, especialmente em edifícios altos (que podem levar os animais a saltar), produtos químicos domésticos, plantas venenosas, etc. Significa ainda que os animais de companhia devem ter um local confortável, ou seja, um local limpo, seco, com ventilação, temperatura, luminosidade (natural ou artificial) e tamanho adequado à espécie de animal de companhia em causa e às condições atmosféricas (por exemplo, os cães são bastante vulneráveis ao calor, não devendo ser deixados em espaços que não permitam que os seus corpos arrefeçam, ainda que por curtos períodos de tempo), e também um local resguardado para poderem descansar sem serem perturbados (por exemplo, os gatos sentem-se mais seguros ao descansar em locais mais elevados). Vivendo os animais de companhia no exterior, num jardim ou quintal, eles necessitam de ter acesso permanente a comida e água, a uma área diferente daquela onde descansam para poderem fazer as suas necessidades e ainda de um abrigo que os proteja de condições atmosféricas adversas e de outras ameaças, nomeadamente, outros animais, uma vez que é importante para o seu bem-estar serem capazes de se esconder de coisas que os assustam. Caso contrário, o ambiente em que vivem pode levar ao seu mal-estar físico assim como ao seu

---

<sup>33</sup> Disponível para consulta em:

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/697953/pb13333-cop-dogs-091204.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/697953/pb13333-cop-dogs-091204.pdf)

<sup>34</sup> Disponível para consulta em:

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/697941/pb13332-cop-cats-091204.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/697941/pb13332-cop-cats-091204.pdf)

<sup>35</sup> Disponível para consulta em <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/45/contents>.



sofrimento, ansiedade e *stress* crónico, que, por sua vez, podem ser causadores de doenças. Note-se que o que foi adito anteriormente vale igualmente para as novas espécies de animais de companhia, cujos aquários, gaiolas e terrários devem proporcionar um ambiente adequado, tal como resulta do Decreto-Lei n.º276/2001, de 17 de outubro, anteriormente mencionado.

Os proprietários devem ainda proporcionar uma dieta adequada aos seus animais de companhia. Tal inclui o acesso permanente a água fresca e limpa e a uma alimentação equilibrada (uma vez por dia ou várias porções pequenas ao longo do dia), tendo em conta fatores como a espécie em causa, idade, género, estado de saúde, o quão ativo o animal de companhia é, etc. É da máxima importância que os animais de companhia tenham uma alimentação nutritiva, o que muitas vezes não é assegurado através de alimentos que são destinados ao consumo humano. Adicionalmente, existem vários alimentos que se encontram habitualmente nos nossos lares que são prejudiciais à saúde dos animais, e por vezes fatais, e que, por essa mesma razão, não lhes devem ser fornecidos ou deixados em locais que os mesmos possam aceder facilmente. Igualmente importante é o local onde o acesso à água e à comida é feito, devendo ser, de preferência, em local longe da área onde são feitas as necessidades e num local onde o animal se sinta seguro. Note-se ainda que quer uma alimentação insuficiente como em demasia é extremamente prejudicial para a sua saúde.

Não menos importante é o dever dos proprietários de providenciarem pelas necessidades comportamentais naturais dos seus animais de companhia, tais como o sono e a atividade física. Se é verdade que existem algumas espécies que dormem durante longos períodos, devendo ser-lhes proporcionado um local onde os mesmos possam descansar sem serem perturbados, existem outras que requerem mais períodos ativos. Os proprietários devem então criar oportunidades para os seus animais de companhia socializarem e brincarem (com brinquedos adequados, outros animais e pessoas), sob pena de os mesmos sofrerem de tédio por não serem estimulados e canalizarem a sua energia em comportamentos inadequados (por exemplo, ladrar em excesso, destruir objetos, mastigar ou arranhar móveis, etc.) ou mesmo tornarem-se agressivos. O treino, no caso de algumas espécies, ou a mera aprendizagem, deve ser feita com base em recompensas (por exemplo, comida e mimos) e não com base em castigos físicos, na medida em que estes podem causar dor, sofrimento, medo e *stress* ao animal. Os animais de companhia devem ainda poder

exibir padrões de comportamento normais, o que, no caso dos cães, se traduz, nomeadamente, em terem liberdade para andar, correr, explorar e cheirar frequentemente e, no caso dos gatos, em terem um local apropriado para poderem arranhar, suficientemente alto para se poderem esticar completamente e para marcarem o seu território.

Do mesmo modo, os proprietários devem assegurar que os seus animais de companhia não são deixados sozinhos por longos períodos. O período máximo que um animal pode ser deixado sozinho depende largamente de fatores como a espécie, idade, treino, experiências passadas e o ambiente em que viva (por exemplo, no caso dos cães, os especialistas recomendam que os mesmos não devam ser deixados sozinhos por mais de quatro horas). É desejável que os animais gozem da companhia dos seus donos, ou, quando tal não for possível, de outras pessoas que sejam idóneas para cuidar deles. O mesmo vale para outros animais de companhia que habitem na mesma casa, razão pela qual os animais devem ser mantidos juntos, na eventualidade de se darem bem, naturalmente. Caso contrário, ou no caso de se tratar de uma espécie que não é particularmente sociável, deve-se assegurar que ambos têm espaço suficiente para se afastar um do outro e que existem recursos suficientes para os mesmos não terem de competir por eles (por exemplo, comida e brinquedos).

Por último, refira-se ainda o dever de os proprietários garantirem que os seus animais de companhia são protegidos de dor, sofrimento, lesões e doenças. Tal passa desde logo pelo acesso a cuidados médico-veterinários regulares e a programas de vacinação e desparasitação, por cuidados diários, como por exemplo, escovar o pelo e cortar as unhas, e ainda por uma monitorização regular de quaisquer sintomas que o animal de companhia possa demonstrar.

#### 2. 4. Breves considerações adicionais:

Não poderíamos concluir este capítulo sem deixar de fazer uma breve menção ao n.º3 do artigo 1305.º-A do Cód. Civil. De acordo com o preceituado no referido artigo, “*O direito de propriedade de um animal não abrange a possibilidade de, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus-tratos que resultem em sofrimento injustificado, abandono ou morte.*”. Apesar de tal faculdade já não caber no âmbito de permissão do proprietário, ao abrigo

do artigo 1305.º do Cód. Civil<sup>36</sup> e de tal solução resultar já, no que toca aos animais de companhia, dos artigos 387.º e 388.º do Cód. Penal<sup>37</sup>, não podemos deixar de salientar a importância pedagógica do referido normativo. Ora, o legislador foi omissivo quanto ao que se deve entender por “motivo legítimo”, devendo-se por isso recorrer a outros diplomas legais e aos juízos valorativos levados a cabo pela nossa jurisprudência, de modo a compreender que situações se encontram compreendidas por esta ressalva quando estejam em causa animais de companhia (a título ilustrativo, pense-se nos casos de “*administração de uma morte imediata e condigna*” quando o animal de companhia estiver enfraquecido, doente, gasto ou idoso (artigo 1.º, n.º3, alínea c) da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro) e nos casos de esterilização (artigo 6.º, n.º1 da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro)).

Por fim, importa realçar, tal como sustenta FILIPE ALBUQUERQUE MATOS e MAFALDA MIRANDA BARBOSA, que “*teria sido adequado fazer uma menção, conquanto meramente remissiva, às consequências jurídicas de não acatamento dos deveres de assegurar o bem-estar dos animais.*”<sup>38</sup>, uma vez que o legislador não fez qualquer tipo de menção relativamente às sanções aplicáveis em caso de violação deste dever por parte do(s) proprietário(s), comprometendo desta forma a eficácia da norma prevista no artigo 1305.º-A, n.º1 do Cód. Civil.

---

<sup>36</sup> PASSINHAS, Sandra - «O Novo Estatuto Jurídico Dos Animais – A Questão Da Colisão De Direitos», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 73.

<sup>37</sup> “*Na nossa perspectiva, não se justificava, de resto, uma norma como a do n.º3 do artigo 1305.º-A, sobretudo a partir do momento em que a lei penal, através dos arts. 387.º e 388.º, veio fixar sanções privativas da liberdade e penas de multa, respectivamente, para os crimes de maus tratos e de abandono de animais de companhia.*”, BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.ª Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017, pp. 143

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 143.

### 3. O conceito de bem-estar animal para efeitos do Direito da Família:

#### 3. 1. Da fixação do destino dos animais de companhia:

Antes da entrada em vigor da Lei n.º8/2017, de 3 de março, os animais eram considerados coisas, nas suas três aceções, para efeitos jurídico-civis, o que, no plano do Direito da Família, se refletia essencialmente no momento da dissolução do casamento, mais concretamente, no facto de, em caso de divórcio, se efetuar a sua partilha, judicial ou extrajudicial. Conforme observado anteriormente, com o novo estatuto jurídico do animal, os animais de companhia foram excluídos da partilha dos bens comuns do casal<sup>39 40</sup>, em virtude da nova alínea h) do artigo 1733.º, n.º1 do Cód. Civil, passando os cônjuges a ter de acordar quanto ao destino dos mesmos, nos termos do artigo 1775.º, n.º1, alínea f) do Cód. Civil.

Caso tal suceda, isto é, os cônjuges acordarem quanto ao destino dos animais de companhia (para além dos outros acordos previstos no n.º1 do artigo 1733.º do Cód. Civil), a Conservatória do Registo Civil decreta o divórcio, nos termos do artigo 1776.º, n.º1 do Cód. Civil, que depois será homologado pelo tribunal, tal como dispõe o artigo 1778.º do Cód. Civil. Na eventualidade dos cônjuges não chegarem a acordo quanto ao destino do animal de companhia, ou este não ser considerado razoável e não puder ser homologado, o divórcio terá de ser requerido no ou remetido para o tribunal, nos termos dos artigos 1773.º n.º2 e 1778.º do Cód. Civil, respetivamente. Em qualquer uma das situações, cabe ao juiz determinar a quem é que os animais de companhia devem ser confiados, em virtude da introdução da nova norma constante do artigo 1793.º-A do Cód. Civil.

---

<sup>39</sup> “Apesar de qualquer animal ter deixado de ser «coisa» pura e simples, para efeitos civis e processuais civis, só os animais de companhia foram excluídos da partilha judicial ou extrajudicial, continuando a poder sê-lo os demais animais.”, PALMA, Augusta - «Os Animais de Companhia na Jurisdição da Família e das Crianças», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 59.

<sup>40</sup> “O que o legislador nacional quis fazer foi, em função de uma eventual relação de maior afectividade que possa existir entre o ser humano e um determinado animal, favorecer a continuação desse elo estabelecido, dissociando-o das normas jurídicas aplicáveis aos demais animais em sede do instituto de divórcio. Mas esse aspecto nada tem a ver com a natureza do animal em si ou a sua senciência inerente e comum a todos os animais, mas com um especial relacionamento existente entre aquele animal e um determinado ser humano ou agregado familiar.”, FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, p. 242.

Note-se que, embora o legislador tenha sido omissivo quanto ao destino dos animais de companhia nos casos de rutura de união de facto, não tendo sido aditada uma norma idêntica à do artigo 1793.º-A do Cód. Civil à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio (que adota as medidas de proteção das Uniões de Facto), deve-se entender, à semelhança da boa Doutrina, que nestes casos deve haver lugar a pedido de confiança do animal de companhia, por força da aplicação analógica do artigo 1793.º-A do Cód. Civil<sup>41</sup>. Neste sentido, RAÚL FARIAS sustenta que *“não se pode deixar de entender, até por razões de constitucionalidade que fundamentaram a criação deste diploma legal e o conteúdo das normas aí estabelecidas praticamente estabelecendo um regime legal paralelo ao do casamento, que a (...) dissolução da união de facto (...) poderá fundamentar um pedido de confiança do animal de companhia perante os Juízos de Família e Menores nos termos do disposto nos n.os 2 e 3 do aludido art.º 8.º e da al. b) do n.º1 do art.º 122.º da Lei Orgânica do Sistema Judiciário.”*<sup>42</sup>.

### 3. 2. Dos critérios a atender na fixação do destino dos animais de companhia:

Vimos já que o artigo 1793.º-A do Cód. Civil impõe que se tome em consideração, na fixação do destino dos animais de companhia, os interesses de cada um dos cônjuges, os interesses dos filhos do casal e o bem-estar animal. Cabe-nos agora densificar os critérios anteriormente mencionados.

#### 3. 2. 1. Dos interesses dos cônjuges:

Podemos apontar algumas circunstâncias que justifiquem que o juiz decida fixar o destino do animal de companhia com um dos cônjuges e não com o outro, tendo em conta os interesses dos próprios cônjuges. Pensemos, em primeiro lugar, em motivos de cariz lúdico ou profissional, isto é, o animal de companhia pode ser utilizado no exercício de uma atividade ou da profissão de um dos cônjuges. A título ilustrativo, pense-se no caso dos cães pastor, dos cães e dos pombos

---

<sup>41</sup> Para efeitos de facilidade de compreensão, ao longo da presente exposição iremos referir-nos aos “cônjuges”, não obstante todas as considerações feitas deverem igualmente ser aplicáveis aos unidos de facto.

<sup>42</sup> FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, p. 243.

utilizados na caça ou nos cavalos utilizados em competições. Nestes casos, a especial relação de instrumentalidade, que não raras as vezes é acompanhada por um vínculo afetivo, existente entre um dos cônjuges e o animal, pode justificar que ele seja confiado a esse mesmo cônjuge em detrimento do outro.

Podemos ainda destacar motivos de saúde. Neste plano, merecem especial destaque os chamados cães de assistência, onde se encontram incluídos os cães-guia, que prestam auxílio a pessoas cegas ou com alguma deficiência visual, os cães para surdos, que assistem pessoas com deficiência auditiva parcial ou total, e os cães de serviço, que ajudam pessoas com problemas motores, orgânicos ou mentais<sup>43</sup>. Exemplos de tarefas desempenhadas pelos cães de assistência são, no caso dos cães-guia, andar em linha reta e virar em qualquer direção, contornar obstáculos, lidar com o trânsito, encontrar um lugar desocupado nos transportes públicos, localizar um destino comandado pelo utilizador, entre outros. No caso dos cães para surdos, destacam-se as funções de alertar para sons da casa (como a campainha/bater à porta, alarme de incêndio, temporizador do forno/micro-ondas), alertar para sons fora de casa (como sirenes ou um carro a aproximar-se), alertar para sons no local de trabalho (como um colega de trabalho a chamar), entre outros. Por fim, os cães de serviço executam tarefas tais como trazer objetos ao utilizador (como o telemóvel, comida do frigorífico, peças de roupa, a cadeira de rodas/muletas, objetos que caiam no chão), abrem/fecham portas, gavetas e janelas, ajudam o utilizador a despir-se ou a descalçar-se, ligam/desligam interruptores, ajudam o utilizador a mover-se para outro local (cama, banheira, sanita), carregam num botão/tecla de emergência, trazem um medicamento, ladram, acordam e arrastam o utilizador quando o mesmo se encontra em perigo, entre outros<sup>44</sup>. É de salientar ainda a utilização, relativamente recente, destes cães de serviço para deteção de hipoglicémias em doentes com diabetes e para auxílio durante e após episódios de epilepsia<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> CARMO, Sofia A.P. do, FONSECA, Isabel M.S. Pereira da, ROSA, Ilda M.N. Gomes - «Caracterização dos cães de assistência (cães-guia, cães para surdos e cães de serviço) em Portugal», in *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, pp. 43 e 44.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 44

<sup>45</sup> “Several studies suggest that animals with heightened sensory perception may be able to detect early signs of cancer and critical medical situations, such as hypoglycemia and seizures (Wells, 2009).”, WALSH, Froma - *Human-Animal Bonds I: The Relational Significance of Companion Animals*, p. 466.

Não menos importante é a função desempenhada pelos animais de assistência emocional, que visam dar apoio a pessoas com algum tipo de distúrbio mental, tal como depressão ou ansiedade<sup>46</sup>. Afigura-se, pois, imperativo que nestes casos o animal de companhia seja confiado ao cônjuge que necessita dele, uma vez que nestas situações o animal de companhia não serve apenas para entreter ou fazer companhia, ele serve um outro propósito mais nobre que é o de restabelecer a independência, liberdade e autoconfiança do seu dono<sup>47 48</sup>.

Por último, o animal de companhia pode ainda ser confiado a um dos cônjuges por motivos de afeto, ou seja, por um dos cônjuges demonstrar ter uma maior ligação afetiva com o animal de companhia do que o outro: *“At the heart of the relationship with pets is a unique affectionate bond. Quite simply, people love their pets (Archer, 1997).”*<sup>49</sup>.

### 3. 2. 2. Dos interesses dos filhos do casal:

Na fixação do destino do animal de companhia, deve-se ainda atender aos interesses dos filhos do casal<sup>50</sup>. Valem aqui as mesmas considerações feitas anteriormente, a propósito dos interesses dos cônjuges. Ou seja, a circunstância de os filhos do casal precisarem do animal de companhia para o exercício de uma determinada atividade, porque têm algum tipo de condição física ou psicológica ou porque têm uma especial ligação emocional com o mesmo (sendo

---

<sup>46</sup> “*Pets also have been found to influence the course and optimal functioning with pervasive developmental disabilities (Martin & Farnum, 2002) and mental health disorders including schizophrenia, depression, anxiety, and ADHD (Barker & Dawson, 1998; Beck, 2005).*”, *Ibidem*, p. 466.

<sup>47</sup> “*Constatou-se que os utilizadores destes animais se sentiam mais confiantes, seguros, com melhor auto-estima e socializavam-se com maior facilidade, após estes animais fazerem parte das suas vidas. Salientou-se a existência de uma ligação muito forte dos utilizadores com os seus cães de assistência, pois cada vez mais a lei permite que estes os acompanhem em qualquer local público, sejam transportes ou estabelecimentos comerciais.*”, CARMO, Sofia A.P. do, FONSECA, Isabel M.S. Pereira da, ROSA, Ilda M.N. Gomes - «Caracterização dos cães de assistência (cães-guia, cães para surdos e cães de serviço) em Portugal», in *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, p. 43.

<sup>48</sup> Por “dono” deve-se entender o proprietário ou detentor, ou seja, qualquer pessoa responsável ou que tenha a seu cargo o animal a título permanente ou temporário, tal como resulta do artigo 2.º, n.º 2 da Diretiva n.º 58/CE/1998, do Conselho, de 20 de Julho, relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias.

<sup>49</sup> WALSH, Froma - *Human-Animal Bonds I: The Relational Significance of Companion Animals*, p. 471.

<sup>50</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 29, chama a atenção para a circunstância de o legislador não ter estabelecido qualquer limite de idade dos filhos, afirmando que: “*Caberá, pois, à jurisprudência a concretização de tais critérios, que se apresentam como cláusulas gerais ou conceitos indeterminados.*”.

negativamente afetados com a sua separação, especialmente neste período de mudança e instabilidade que o divórcio acarreta), pode ditar que o juiz compatibilize o destino do animal de companhia com a regulação do exercício das responsabilidades parentais<sup>51</sup>. Por outras palavras, pode ditar que o animal de companhia seja confiado ao cônjuge com quem os filhos do casal residem habitualmente, ou, pelo menos, que eles tenham a possibilidade de conviver com o mesmo frequentemente. Se é verdade que, à partida, as crianças e jovens beneficiam do convívio com animais de companhia<sup>52</sup>, por vezes, o melhor interesse dos filhos do casal pode impor a solução oposta, isto é, que o animal de companhia seja confiado ao cônjuge com quem os filhos do casal não residem. Pensemos, por exemplo, no caso em que os filhos do casal sofrem de uma alergia ao pelo do animal ou no caso do animal ser potencialmente perigoso para aqueles.

### 3. 2. 3. Do bem-estar animal:

Um terceiro critério que o juiz deve considerar aquando da fixação do destino do animal de companhia, e que consistiu num grande avanço trazido pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, é o bem-estar do mesmo. Ou seja, os tribunais passaram a ter de atender aos interesses dos animais de companhia ao tomarem em consideração, nas suas decisões, o seu bem-estar. De modo a determinar qual dos cônjuges consegue assegurar melhor o bem-estar do animal de companhia, tendo em conta, naturalmente, as características próprias da espécie, o tribunal deve tomar em conta vários fatores. Podemos apontar desde logo fatores como a ligação emocional do animal de companhia aos cônjuges (ou aos filhos do casal), acomodação/capacidade de proporcionar o manuseio adequado, tempo despendido com o animal, capacidade financeira, existência de outros animais de companhia na mesma residência, saúde do animal de companhia, saúde, situação familiar, estilo de vida e profissão dos cônjuges, frequência com que os cônjuges viajam, entre outros.

---

<sup>51</sup> “Companion animals provide various things for children coping with a divorce, including unconditional love, a confidant, security, a bridge to adults, stress reduction, and a best friend. When determining pet custody, courts should consider creating visitation that is consistent with the visitation schedule of the children in order to maintain consistency for all parties and provide stability in the lives of any children involved.”, EASON, L. Morgan - *A Bone To Pick: Applying a Best Interest of the Family Standard in Pet Custody Disputes*, p. 27.

<sup>52</sup> “Pets foster positive psychosocial development of children (Melson, 2003), who show enhanced empathy, self-esteem, cognitive development, and greater participation in social and athletic activities.”, WALSH, Froma - *Human-Animal Bonds I: The Relational Significance of Companion Animals*, p. 470.



Sem prejuízo do conceito de bem-estar resultante do artigo 1305.º-A, n.º1 e 2 do Cód. Civil e dos vários instrumentos legais que definem o bem-estar animal (que foram previamente analisados) e de os tribunais se aconselharem junto de profissionais da área<sup>53</sup>, podemos questionar-nos acerca da aptidão do julgador para avaliar qual dos cônjuges (ou se algum deles) melhor consegue assegurar o bem-estar do animal de companhia num dado caso concreto. Por essa mesma razão, no âmbito da presente dissertação, decidimos abordar alguns profissionais, por meio de um inquérito (**Anexo I**), com vista à obtenção de alguns critérios que eventualmente permitam auxiliar os tribunais, quando forem confrontados com um caso do género, a decidir no melhor sentido, isto é, fixando o destino dos animais de companhia em consonância com o seu bem-estar<sup>54</sup>.

Para este efeito, inquirimos setenta e um profissionais da área, dos quais: 71,8% são do sexo feminino e 28,2% do sexo masculino; 50,7% têm uma idade compreendida entre os 25 e os 45 anos, 46,5% entre os 46 e os 65 anos e 2,8% mais de 65 anos; 36,6% concluiu a Licenciatura, 31% concluiu o Mestrado, 16,9% concluiu o Doutoramento, 11,3% concluiu o Ensino Secundário e 4,2% concluiu um Curso Profissional. Relativamente à profissão exercida, mais de metade dos inquiridos são Médicos Veterinários, sendo que também foram abordados criadores, colaboradores de Associações de Defesa dos Animais, proprietários e colaboradores de *pet shops*, treinadores, técnicos auxiliares veterinários, *groomers* e fisioterapeutas e técnicos de reabilitação animal.

Analisadas as respostas ao referido inquérito, iremos expor as conclusões que conseguimos extrair do mesmo.

Em termos gerais, a maioria dos inquiridos considera que, quanto aos animais de companhia ditos “tradicionais” (como cães e gatos), deve ser dada preferência, pelo tribunal, em primeiro lugar, ao cônjuge que tenha uma maior ligação emocional com o animal de companhia,

---

<sup>53</sup> “*Prova pericial. Há necessidade que haja a participação de um especialista em comportamento e bem-estar animal para que indique se a solução convencionada pelos cônjuges ou a decisão a ser proferida pelo juiz atende ao bem-estar daquele animal em concreto.*”, SIMÃO, José Fernando - «Direito dos Animais: Natureza Jurídica. A Visão do Direito Civil», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Ano 3 (2017), n.º 4, pp. 907 e 908.

<sup>54</sup> Decidimos focar a nossa atenção nas espécies de animais de companhia que se encontram mais frequentemente nos lares portugueses: cães, gatos, aves, coelhos e outros pequenos roedores (como *hamsters* e porquinhos-da-índia), peixes, tartarugas e lagartos.

posteriormente ao cônjuge que tenha maior disponibilidade para passar tempo com o mesmo e em terceiro lugar ao cônjuge que tenha uma maior capacidade financeira para sustentar o animal de companhia<sup>55</sup>. No entanto, deve-se ter sempre em atenção a espécie e/ou raça do animal de companhia em causa, uma vez que existem espécies e/ou raças que exigem mais atenção e companhia e outras em que o mais importante é a sua acomodação, por necessitarem de espaço para correr, saltar, etc., de modo a poderem gastar a sua energia. Relativamente às novas espécies de animais de companhia (como aves, coelhos, *hamsters*, porquinhos-da-índia, peixes, tartarugas e lagartos), a generalidade dos inquiridos considera que deve ser dada preferência, em primeiro lugar, ao cônjuge que tenha maior capacidade de proporcionar o maneo adequado ao animal de companhia, em segundo lugar, ao cônjuge que tenha uma maior ligação emocional com o mesmo e, em terceiro lugar, ao cônjuge que tenha maior disponibilidade para passar tempo com o animal de companhia. Note-se que, para este efeito, o cônjuge que tenha maior capacidade de proporcionar o maneo adequado, à partida, será aquele que tem maior capacidade financeira e que reside numa casa com a dimensão e condições mais adequadas à espécie de animal de companhia em causa.

No que respeita à acomodação dos animais de companhia ditos “tradicionais”, a maioria dos inquiridos considera que deve ser dada preferência, em primeiro lugar, ao cônjuge que resida na casa com a dimensão mais adequada ao porte do animal de companhia, em segundo lugar, ao que resida na casa de morada de família e, em terceiro lugar, ao que resida numa casa com jardim ou quintal<sup>56</sup>. Inversamente, a generalidade dos inquiridos considera que não deve ser dada preferência ao cônjuge que resida num apartamento ou que, ainda que resida numa casa com jardim ou quintal, o animal de companhia permaneça no exterior à corrente ou em canil. Relativamente às novas espécies de animais de companhia, voltamos a salientar que deverá ser dada preferência ao cônjuge que melhor consiga proporcionar o maneo adequado ao animal de companhia, ou seja,

---

<sup>55</sup> “*Because the emotional well-being advances the physical health, a strong emotional bond has to be given priority, as long as the financial situation of the party does not make it impossible from an objective point of view to maintain and care for the animal properly.*”, MICHEL, Margot e KAYASSEH, Eveline Schneider - *The Legal Situation of Animals in Switzerland: Two Steps Forward, One Step Back – Many Steps to Go*, p. 32.

<sup>56</sup> Neste sentido, veja-se a Decisão n.º10/00572 do Cour d’Appel de Versailles, de 13 de janeiro de 2011, que entendeu que “(...) *les conditions actuelle de vie [du mari], qui habite une maison qui dispose d’un jardin, sont davantage conformes aux besoins de l’animal.*”. Disponível para consulta em <https://www.jaddeavocats.com/actualites/qui-garde-le-chien-dans-un-divorce>.

que consiga assegurar que o aquário, gaiola ou terrário providencia o melhor ambiente para o animal.

Na hipótese de existirem vários animais de companhia na mesma residência, e tratando-se de espécies de animais de companhia diferentes, 35,2% dos inquiridos respondeu que seria benéfico para os animais de companhia que sempre residiram juntos permanecerem juntos, sendo todos confiados ao mesmo cônjuge; 31% respondeu que tal não seria benéfico; e os restantes 33,8% entenderam que a resposta a esta questão dependerá de vários fatores, tais como as espécies em causa, a ligação emocional entre os vários animais de companhia e a ligação emocional entre cada animal de companhia e os cônjuges. Tratando-se de animais de companhia da mesma espécie, 52,9% dos inquiridos considerou que seria benéfico para os animais de companhia que sempre residiram juntos permanecerem juntos, sendo todos confiados ao mesmo cônjuge; 15,7% considerou que tal não seria benéfico; e os restantes 31,4% consideraram, de igual modo, que a resposta a esta questão dependerá de fatores como a ligação emocional entre os animais de companhia, a relação entre cada animal de companhia e os cônjuges e as condições financeiras e de alojamento dos cônjuges. Estando em causa animais de companhia de uma espécie considerada “social” (como por exemplo, porquinhos-da-índia e algumas espécies de aves)<sup>57</sup>, 64,3% dos inquiridos considerou que seria prejudicial para os mesmos serem separados, sendo confiados a cônjuges diferentes; 22,9% considerou que tal não seria prejudicial; e os restantes 12,8% consideraram, novamente, que tal depende da ligação emocional entre os animais de companhia e da relação existente entre cada animal de companhia e os cônjuges. Do exposto resulta que não podemos responder de forma generalizada a esta questão, pelo que os tribunais terão de averiguar caso a caso se o facto de os animais de companhia permanecerem juntos ou separados tem uma influência positiva ou negativa no seu bem-estar e se a ligação existente entre os mesmos e os cônjuges dita que estes devam ser confiados ao mesmo cônjuge ou a cônjuges diferentes.

---

<sup>57</sup> “*But in Switzerland, because it is scientifically proven that guinea pigs and rabbits – among other animal species – are social creatures, the law stipulates that they need a social partner of the same species in any case, because only a partner of the same species guarantees their emotional well-being. Therefore, concerning Article 651a of the Swiss CC, a split-up of said animals between the parties in order to assign sole ownership of one animal alone to each of the spouses would be out of the question.*”, MICHEL, Margot e KAYASSEH, Eveline Schneider - *The Legal Situation of Animals in Switzerland: Two Steps Forward, One Step Back – Many Steps to Go*, p. 31.

Do inquérito resultou ainda que 64,3% dos inquiridos considera que deve ser dada preferência ao cônjuge que treina com o animal de companhia (pensemos, por exemplo, em desportos caninos, treinos de obediência, treinos de aves); 18,6% considera que tal fator não deve ser tomado em consideração; e os restantes 17,1% consideram que a resposta a esta pergunta depende de fatores tais como a espécie e raça do animal de companhia em causa, o temperamento do mesmo ou o facto de se tratar de uma raça potencialmente perigosa. Houve, contudo, quem referisse que se deve dar preferência ao cônjuge que, mais do que treine com o animal de companhia, interaja e estimule física e mentalmente o mesmo de forma regular.

Quanto a saber se a existência de problemas de saúde por parte do animal (como por exemplo, doenças crónicas) deverá ser um fator a considerar no momento da decisão, 74,6% dos inquiridos respondeu afirmativamente, entendendo que se deve dar preferência ao cônjuge que tenha maior disponibilidade de tempo e financeira para cuidar do animal, tendo apenas 11,3% dos inquiridos respondido de forma negativa a esta questão.

Do mesmo modo, 82,9% dos inquiridos considerou que a existência de problemas de saúde (físicos ou psicológicos) por parte dos cônjuges, deverá ser um fator a considerar; tendo 5,7% considerado que não; e os restantes 11,4% consideraram que tal depende das circunstâncias do caso concreto, ou seja, do tipo e gravidade do problema de saúde assim como da respetiva influência na capacidade desse cônjuge garantir o bem-estar do animal de companhia.

Relativamente à existência de algum tipo de vício por parte dos cônjuges, 74,6% dos inquiridos respondeu que tal deve ser um fator a levar em conta pelo tribunal, tendo apenas 7% dos inquiridos respondido no sentido oposto. Os restantes inquiridos referiram a importância de se distinguir consoante o vício em causa e a respetiva gravidade, considerando que vícios como o álcool e drogas, que levem à incapacidade do cônjuge de cuidar do animal de companhia, nomeadamente de providenciar pela sua alimentação, abeberamento, higiene e saúde, colocando assim em risco o seu bem-estar, devem ser um motivo para não se confiar o animal de companhia ao cônjuge que tenha o referido vício.

À semelhança da questão anterior, 93% dos inquiridos considerou que o facto de um dos cônjuges adotar comportamentos perigosos (por exemplo, comportamentos violentos) deve ser critério para não se confiar o animal de companhia a esse mesmo cônjuge. Aqueles que responderam de maneira diferente salientaram que as considerações feitas anteriormente, a propósito dos vícios, são aplicáveis neste caso, e ainda houve quem se pronunciasse no sentido de se ter de avaliar caso a caso, uma vez que a presença do animal de companhia pode atenuar esses mesmos comportamentos perigosos.

De seguida, 74,6% dos inquiridos respondeu que o facto de um dos cônjuges passar a residir com novas pessoas, após o divórcio ou rutura da união de facto, tais como novos parceiros, com os pais, irmãos ou amigos, não deve ser critério para se confiar o animal de companhia ao outro cônjuge; 14,1% respondeu que tal deveria ser considerado como critério; e os restantes 11,3% responderam que tal deve ser analisado casuisticamente, tendo em conta a relação, no caso de ser pré-existente, ou adaptação, caso contrário, do animal de companhia aos novos elementos com quem o cônjuge vai passar a residir (e vice-versa) e tendo em conta ainda a sua adaptação ao ambiente em que vai passar a residir.

Quanto a saber se o facto de um dos cônjuges viajar frequentemente deve ser critério para que o animal de companhia não deva ser confiado a esse mesmo cônjuge, 47,1% dos inquiridos respondeu afirmativamente; 27,1% respondeu de forma negativa; e os restantes 25,8% responderam que tal depende de vários fatores, entre os quais: a espécie do animal de companhia em causa, a existência ou não de guarda partilhada, a existência ou não de uma pessoa idónea que cuide do animal de companhia na ausência do cônjuge e as condições em que o mesmo fica na ausência do mesmo, o facto de o animal de companhia estar ou não habituado a tal, a duração dos períodos de ausência, o facto do animal poder acompanhar o cônjuge nas suas viagens ou não, entre outros.

Adicionalmente, 62% dos inquiridos respondeu que a profissão dos cônjuges não deve ser critério para a fixação do destino do animal de companhia, sendo que 26,8% respondeu que

deveria<sup>58</sup>. Entre as razões apontadas por aqueles que responderam em sentido afirmativo, está o facto de existirem algumas profissões, como por exemplo, pilotos e assistentes de bordo, que implicam vários períodos de tempo fora de casa. Por outro lado, aqueles que responderam que tal não deveria ser considerado critério, afirmaram que o relevante é que o bem-estar do animal de companhia seja assegurado, mesmo na ausência do cônjuge.

Foi ainda solicitada a opinião dos inquiridos quanto a algumas questões referentes ao regime jurídico aplicável aos animais de companhia, em sede de fixação do seu destino.

Desde logo, e tal como seria de esperar, a maioria dos inquiridos considera que na determinação do destino do animal de companhia, com um ou ambos os cônjuges, deve ser dada preferência, em primeiro lugar, ao bem-estar do animal de companhia, posteriormente aos interesses dos cônjuges e por último aos interesses dos filhos do casal.

Na eventualidade de o animal de companhia não dever ser confiado a nenhum dos cônjuges, a generalidade dos inquiridos respondeu que o mesmo deveria passar a residir com alguém que já conhecesse, como familiares ou amigos do casal, e, apenas no caso de tal não ser possível, ser destinado para adoção ou, em último caso, acolhido por uma associação ou instituição de defesa de animais.

No que toca à questão da guarda partilhada, 56,3% dos inquiridos pronunciou-se no sentido desta ser viável; 31% pronunciou-se em sentido contrário; e os restantes 12,7% consideraram que a resposta a esta pergunta depende de muitos fatores, tais como a espécie do animal de companhia em causa (vários inquiridos realçaram que esta possibilidade não é viável no caso de gatos), da guarda partilhada acompanhar a guarda partilhada dos filhos ou não, e do impacto que a alternância de residências e de estilos de vida tenha no bem-estar do animal de companhia.

---

<sup>58</sup> Na Decisão n.º12/00848 do Cour d'Appel de Bastia, de 15 de janeiro de 2014, o tribunal confiou a cadela a um dos cônjuges por considerar que o mesmo se encontrava mais apto para cuidar do animal em virtude de ser veterinário. Disponível para consulta em <https://www.jaddeavocats.com/actualites/qui-garde-le-chien-dans-un-divorce>.

Quanto à existência de um regime de visitas por parte do cônjuge com quem o animal de companhia não reside<sup>59</sup>, 57,7% dos inquiridos considerou que tal seria benéfico para o mesmo; 19,7% considerou que tal não seria benéfico; e os restantes 22,6% considerou que depende do caso concreto, ou seja, depende de fatores como: a espécie de animal de companhia em causa (pode fazer sentido para algumas espécies e para outras não), a ligação emocional existente entre o animal de companhia e o cônjuge com quem o mesmo não reside, a existência ou não de guarda partilhada (caso exista não faz sentido existir um regime de visitas), o impacto que as visitas tenham no bem-estar do animal de companhia (existem certos animais que podem sofrer com a separação) e ainda a relação existente entre os membros do casal (o animal de companhia não deve contribuir para o aumento de situações de tensão entre as partes).

Por fim, 48,6% dos inquiridos considerou benéfica a existência de uma obrigação de prestação de alimentos por parte do cônjuge a quem o animal de companhia não foi confiado; 38,6% considerou que tal não se afigura benéfico; e os restantes 12,8% consideraram que tal depende, nomeadamente, do facto de o cônjuge a quem o animal de companhia foi confiado não ter capacidade financeira para garantir o bem-estar do mesmo, ou, por outro lado, o cônjuge a quem o animal de companhia não foi confiado ter maior capacidade financeira, e ainda do facto de existir ou não acordo entre os cônjuges quanto às despesas relativas ao animal.

Em síntese, e sem prejuízo de os tribunais deverem proceder sempre a uma análise casuística, julgamos ser possível retirar as seguintes conclusões dos resultados do inquérito levado a cabo: i) em termos gerais, à partida, deve ser privilegiada a ligação emocional com o animal de companhia, a disponibilidade para passar tempo com o mesmo e a capacidade financeira/de proporcionar o manuseio adequado ao mesmo, em detrimento de outros fatores; ii) em termos de acomodação, à partida, deve ser privilegiada a casa/meio com a dimensão mais adequada à espécie em causa, a casa de morada de família e a casa que tenha jardim e quintal; iii) residindo vários animais de companhia na mesma casa, quer da mesma espécie quer de espécies diferentes, à

---

<sup>59</sup> A propósito do ordenamento jurídico suíço, MICHEL, Margot e KAYASSEH, Eveline Schneider - *The Legal Situation of Animals in Switzerland: Two Steps Forward, One Step Back – Many Steps to Go*, p. 34, referem que: “Because there is a lack of statutory authority to support a visitation right, it is not possible for the court to incorporate a visitation order into a divorce decree. The only way is for the parties to draw up an arrangement for visitation outside of court, leaving contractual remedies available.”.

partida, afigura-se benéfico para os mesmos que estes permaneçam juntos, devendo, todavia, atender-se à relação existente entre eles e entre eles e os cônjuges; iv) à partida, deve ser privilegiado o cônjuge que treine com o animal de companhia; v) a existência de problemas de saúde por parte do animal de companhia e por parte dos cônjuges, a existência de vícios ou a adoção de comportamentos perigosos por parte destes últimos, e o facto de um dos cônjuges viajar frequentemente, devem ser fatores a considerar pelos tribunais, devendo, à partida, constituir critério para não se atribuir o animal de companhia a um dos cônjuges; vi) a profissão dos cônjuges e o facto de um deles passar a residir com outras pessoas, à partida, não deve ser critério aquando da fixação do destino do animal de companhia; vii) à partida, na fixação do destino do animal de companhia deve-se atender, em primeiro lugar, ao bem-estar do mesmo e apenas posteriormente aos interesses dos cônjuges e dos filhos do casal; viii) no caso de o animal de companhia não dever ser confiado a nenhum dos cônjuges, o mesmo deve, por ordem de preferência, passar a residir com alguém que já conheça, ser destinado para adoção e, apenas em último caso, acolhido por uma associação ou instituição de defesa de animais; e ix) à partida, a existência de guarda partilhada, do regime de visitas por parte do cônjuge a quem o animal de companhia não é confiado e da obrigação de prestação de alimentos, é viável e benéfica para o animal de companhia.

Somos, pois, da opinião que tais critérios consistem num bom ponto de partida para a árdua tarefa do julgador de fixar o destino dos animais de companhia, assegurando da melhor forma o seu bem-estar. Aproveitamos ainda para mencionar que as mesmas considerações que foram feitas a propósito dos cônjuges devem valer para os filhos do casal. Ou seja, na eventualidade do animal de companhia, por exemplo, ter uma maior ligação emocional com um dos filhos do casal ou ser este último quem tem maior disponibilidade para passar tempo com o animal de companhia, o animal de companhia deve ser, a nosso ver, confiado ao cônjuge que reside com os filhos do casal<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Neste sentido, veja-se a Decisão do Cour d'Appel de Dijon, de 15 de junho de 2006, que entendeu que o animal de companhia deveria ser confiado ao cônjuge com quem os filhos do casal residiam, uma vez que o mesmo estabeleceu uma forte ligação emocional com aqueles. Disponível para consulta em [www.jaddeavocats.com/actualites/qui-garde-le-chien-dans-un-divorce](http://www.jaddeavocats.com/actualites/qui-garde-le-chien-dans-un-divorce).



### 3. 3. Do conflito de interesses:

Pode suceder que, num determinado caso, os interesses dos cônjuges e dos respetivos filhos ditem que o animal de companhia deva ser confiado a um ou a ambos os cônjuges e o bem-estar do animal de companhia exija que este deva ser confiado ao outro cônjuge ou, porventura, não deva ser confiado a nenhum dos cônjuges. Nestas situações, em que existem interesses conflituantes, cabe ao julgador decidir como é que os referidos interesses se devem articular entre si ou quais é que devem prevalecer. Tal questão coloca-se uma vez que o legislador, no artigo 1793.º-A do Cód. Civil, determina que se deve atender aos “*interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal, e também o bem-estar do animal*”, não sendo totalmente claro se coloca todos estes interesses ao mesmo nível, ou se, por outro lado, o bem-estar do animal ocupa uma posição secundária.

A Doutrina maioritária que se pronunciou sobre este tema interpreta a referida norma no sentido de o legislador ter atribuído a mesma importância a todos os interesses envolvidos. Veja-se a este propósito o que afirma RAÚL FARIAS: “(...) *coloca no mesmo patamar os interesses de cada um dos cônjuges, os interesses dos filhos do casal e o bem-estar do animal, num equilíbrio de posições que conduzirá, a final, ainda que de forma inadvertida, a uma forte carga subjetiva do juiz na valoração do factor mais relevante.*”<sup>61</sup>. No mesmo sentido, JOSÉ FERNANDO SIMÃO, que sustenta que “*Note-se que não há hierarquia entre três dados: (1) os interesses de cada um dos cônjuges, (2) dos filhos do casal e (3) também o bem-estar do animal. O Código Civil português utiliza o advérbio “também” para mostrar que o interesse da família não é superior ao bem-estar do animal. Há uma conjugação de três dados e uma não se analisa se não à luz do outro. Não se trata de uma ordem de preferência ou de superioridade.*”<sup>62</sup>. E ainda ANABELA PEDROSO, que refere “*Veja-se que se trata de factores de ponderação que o legislador coloca ao mesmo nível, fazendo recair sobre o decisor a necessidade de, em concreto e no momento da*

---

<sup>61</sup> FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, p. 240.

<sup>62</sup> SIMÃO, José Fernando - «Direito dos Animais: Natureza Jurídica. A Visão do Direito Civil», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Ano 3 (2017), nº 4, p. 907.

*decisão, ponderar qual desses elementos deve ser valorado de forma preponderante na decisão a tomar.”*<sup>63</sup>.

A este propósito, SANDRA PASSINHAS defende que o artigo 335.º do Cód. Civil “*continua apto a fornecer o critério para a resolução dos concretos conflitos que venham a surgir*”<sup>64</sup>. Atente-se no que sustenta a referida autora: “*(...) o reconhecimento de um estatuto moral autónomo aos animais (...) como seres vivos dotados de sensibilidade, com o direito ao bem-estar que lhe é devido pelo proprietário, nos termos do artigo 1305.º-A (...) origina a possibilidade de um conflito entre dois sujeitos morais: a pessoa humana e o animal. (...) Paulatinamente, começou a surgir nos nossos tribunais uma nova linha de compreensão problemático-normativa na aplicação concreta do artigo 335.º, quer na graduação dos direitos em conflito, quer na solução a dar à colisão, privilegiando-se a procura de uma concordância prática em substituição da prevalência absoluta de um direito sobre o outro. (...) O princípio da concordância prática executa-se, pois, através de um critério de proporcionalidade na distribuição dos custos do conflito, impondo que a escolha entre as várias possibilidades de preferência concreta se faça em termos de comprimir o menos possível os direitos em presença (...). É certo que, em face das concretas circunstâncias históricas, e de acordo com uma lógica de razoabilidade, pode tornar-se necessária uma decisão de hierarquização, a emergir no momento da decisão (...). Vale, então, o princípio da “prevalência do interesse superior” ou da “prevalência do interesse preponderante”, **que não pode dissociar-se da superioridade moral dos seres humanos, de que o legislador não se dissociou.***”<sup>65 66</sup>.

Não podemos deixar de acompanhar o entendimento propugnado pela referida autora, até porque, ao proceder à interpretação da norma do artigo 1793.º-A do Cód. Civil, nos termos do

---

<sup>63</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 26.

<sup>64</sup> PASSINHAS, Sandra - «O Novo Estatuto Jurídico Dos Animais – A Questão Da Colisão De Direitos», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 88.

<sup>65</sup> *Ibidem*, pp. 78 a 80, 84 e 86.

<sup>66</sup> Negrito nosso.

artigo 9.º do Cód. Civil, devemos atender ao seu elemento literal<sup>67</sup>. E da letra da norma resulta, a nosso ver, que o legislador quando juntou os interesses dos cônjuges e dos filhos do casal, por um lado, e por outro utilizou a expressão “*e também o bem-estar do animal*”, pretendeu que fosse dada primazia aos interesses humanos, devendo-se, no entanto, sempre que possível, atender também ao bem-estar do animal.

Tal é igualmente o entendimento sustentado pela jurisprudência portuguesa. A primeira vez que um tribunal nacional se pronunciou sobre a disputa de um animal de companhia, após a entrada em vigor da Lei n.º8/2017, de 3 de março, foi em dezembro de 2019, com a sentença proferida pelo Juízo de Família e Menores de Mafra, no âmbito do Proc. n.º 540/18.5T8MFR<sup>68</sup>. A mencionada sentença, tal como afirma MARISA QUARESMA DOS REIS, “*é muito rica em conclusões úteis que ajudam a interpretar e a desenvolver o novo papel dos animais na família*”<sup>69</sup>.

Pode ler-se “*De facto, temos de atender ao facto de os animais de estimação se inserirem num sistema e terem esse fim, o familiar. O legislador quando sobrepõe em termos de ordem primeiro o interesse dos cônjuges, dos filhos e só por fim do animal, informa-nos também a posição do animal no quadro sistémico familiar. Aliás, nas exposição de motivos do projeto de lei do PS, diz-se isso de forma clara: “(...) nomeadamente, os interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal, e também o bem-estar do animal.”*” e ainda “*Logicamente que o Direito só servirá as pessoas se restaurar sistemas familiares geradores de ambientes positivos (...). Na nossa interpretação, o legislador criou critérios sistémicos, colocando nos principais os membros das famílias (cônjuges e filhos) e também o bem-estar do próprio animal, que tem um mundo emocional e, portanto, precisa de, na solução encontrada, ficar bem, contribuindo assim para o ambiente positivo desse novo sistema familiar que sai da separação dos companheiros ou cônjuges (...). Mas não nos podemos esquecer que o fim dos animais de companhia, em sede de direito da*

---

<sup>67</sup> “A letra não é só o ponto de partida, é também um elemento irremovível de toda a interpretação. Quer isto dizer que o texto funciona também como limite da busca do espírito.”, ASCENSÃO, José de Oliveira - *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.ª Edição Refundida, Edições Almedina, SA, 2013, p. 396.

<sup>68</sup> Em causa estava um casal que vivia em união de facto e que na pendência dessa união adquiriu uma cadela, que pertencia a ambos, mas que passados cerca de dois anos pôs termo à vida em comum e desejava, por isso, fixar o destino do animal de companhia, uma vez que não conseguiu chegar a acordo.

<sup>69</sup> REIS, Marisa Quaresma dos - «O Papel dos Tribunais na Densificação da Nova Dimensão Jurídica dos Animais», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 24.

*família, é de viver e desenvolver-se num sistema familiar, de contribuir para uma energia positiva no mesmo, que permita ambientes não adversos, potenciadores de desenvolvimento, geradoras em cada um dos seus membros, começando pelos adultos e crianças, de emoções positivas, só possível, é certo, também se os animais se sentirem bem na solução encontrada, embora a sua capacidade de adaptação, como seres sencientes é muito grande, e portanto os critérios, nesta parte, serão na prática sempre menos exigentes, mas estão previstos legalmente.”.*

No caso em apreço, o tribunal acabou por concluir que *“O bem-estar da cadela será sempre bom com qualquer um deles [dos unidos de facto] que demonstraram competências e as qualidades necessárias para cuidar da Kiara, como resulta da perícia.”*, tendo decidido confiar a cadela exclusivamente à requerida, por entender que existia entre esta e a cadela uma maior ligação emocional: *“Esta maior relação subjetiva da requerida para com a Kiara, e importância que tem para ela, com uma relação com a Kiara sempre de total interesse e dedicação, o que não aconteceu com o requerente como provado, justifica que a Kiara lhe seja atribuída exclusivamente, sendo essa a nossa decisão.”*. Ora, apesar da perícia realizada indicar que a guarda partilhada da cadela, neste caso, era viável e não colocava em causa o seu bem-estar, desde que os unidos de facto se comprometessem a *“manter as rotinas que vão ao encontro das necessidades específicas da cadela, tendo sempre como prioridade o seu bem-estar, ou seja, horários e durabilidade de passeios, manter o mesmo tipo de alimentação, evitar longos períodos de solidão e promover a sua educação permanente (neste caso obrigatória por lei, com acompanhamento de um treinador certificado para cães potencialmente perigosos)”*, o tribunal considerou que *“Servindo o sistema humano, havendo acordo, admitir-se-ia a partilha do animal, como está previsto legalmente”*, mas que no caso em concreto a guarda partilhada não era o mais indicado para os unidos de facto, uma vez que os seus interesses, neste caso, impunham que o contacto entre os dois fosse o menor possível<sup>70</sup>: *“Já ficar entre eles, com (...) os conflitos e sofrimento decorrente dos contatos entre requerente e requerida, seria inverter todos os valores no sistema familiar – de*

---

<sup>70</sup> *“When considering the best interest of the spouses, a court should take into consideration the need for limiting interaction when prescribing visitation schedules. For example, visitation every two weeks may be better than visitation every two days in order to limit unnecessary interaction between the divorcing couple. Limiting the interaction between the couple serves the best interests of the parties and should be considered in the determination of pet custody decisions.”*, EASON, L. Morgan - *A Bone To Pick: Applying a Best Interest of the Family Standard in Pet Custody Disputes*, p. 28.

*animal de companhia – a que a Kiara serve e em que se insere.”. Trata-se, pois, de uma clara manifestação da superioridade moral dos humanos face ao bem-estar animal.*

Do exposto resulta, em suma, que em caso de conflitualidade deve existir uma concertação prática dos interesses envolvidos, sendo que, em última instância, o legislador considerou que o bem-estar do animal deve subordinar-se aos interesses dos cônjuges e dos filhos do casal, ou seja, que estes últimos devem prevalecer. A título ilustrativo, pense-se no caso em que, após a separação dos cônjuges, um dos cônjuges passou a residir com o filho do casal; que o filho do casal sofre de uma doença que exige que o mesmo resida com o animal de companhia (como o caso dos cães de serviço que referimos anteriormente); que o cônjuge que reside com o filho não tem nenhuma ligação emocional com o animal e todo o tempo livre que tem utiliza-o para cuidar do filho, que tem necessidades especiais; e em que o outro cônjuge, que não reside com o filho, é quem tem uma maior ligação emocional com o animal de companhia, consegue despender mais tempo com o mesmo e consegue assegurar-lhe uma melhor acomodação. À partida, parece-nos claro que o bem-estar do animal de companhia estaria melhor assegurado se este fosse confiado ao segundo cônjuge. No entanto, de acordo com a solução adotada pelo legislador, o tribunal deveria confiar o animal de companhia ao cônjuge com quem o filho do casal reside, ainda que este não seja o cônjuge mais apto a assegurar o seu bem-estar, uma vez que os interesses dos filhos do casal se sobrepõem ao bem-estar do animal de companhia.

### 3. 3. 1. Consequências da posição secundária que o bem-estar animal ocupa:

O facto de o legislador ter considerado que os interesses dos cônjuges e dos filhos do casal gozam de superioridade, e que, por isso, em última instância, devem prevalecer em relação ao bem-estar animal, tem consequências práticas bastante significativas no âmbito de um processo de divórcio.

A primeira consequência que se pode apontar consiste no facto de, nos casos em que os cônjuges chegam a acordo quanto ao destino do animal de companhia, a Conservatória do Registo Civil e o tribunal, aquando da homologação do divórcio, não terem a obrigação de apreciar o referido acordo. Ou seja, não existe o dever de averiguar se os cônjuges reúnem as condições e

preenchem as exigências legais para deter o animal de companhia. Isto porque, desde logo, chegando os cônjuges a acordo e prevalecendo os interesses destes em relação ao bem-estar animal, não existe fundamento para a apreciação do referido acordo. A isto acresce o facto de, embora ter sido aditada uma alínea f) ao n.º1 do artigo 1775.º do Cód. Civil, o legislador não ter alterado o n.º1 do artigo 1776.º do Cód. Civil, que prevê que o conservador deve apreciar apenas os acordos referidos nas alíneas a), c) e d) do n.º1 do artigo 1775.º do Cód. Civil, de modo a averiguar se eles acautelam devidamente os interesses dos cônjuges e dos respetivos filhos. Do mesmo modo, o artigo 1778.º do Cód. Civil não foi modificado no sentido de o tribunal ter de verificar se os acordos acautelam, para além dos interesses dos cônjuges, o bem-estar do animal de companhia.

Note-se, contudo, que tal não é o entendimento maioritário da Doutrina, que aponta no sentido deste controlo dever ser levado a cabo, utilizando com fundamento o dever do juiz de zelar pelo bem-estar do animal de companhia. Neste sentido, ANABELA PEDROSO sustenta que “À partida, poderia dizer-se que, estando os cônjuges de acordo, o tribunal não teria que aferir da verificação das exigências legais. Num raciocínio fundado na ideia de que, em questão mais importante, porque atinente à natureza humana, estando os pais de acordo em fixar a residência dos filhos com o pai ou com a mãe, o tribunal, por regra, não irá aferir se a casa tem duas casas de banho ou uma ou se o quarto é grande ou pequeno ou se a criança tem as vacinas em dia. Temos dúvidas de que tal constitua argumento, designadamente, quando falamos de seres de natureza irracional que, ainda que possam não estar classificados como sendo perigosos, acarretam em si uma perigosidade abstracta decorrente da sua própria natureza, que tem que ser acautelada. Aliás, aplicando aos animais, subsidiariamente, o regime das coisas e levando ao extremo o exemplo, nenhum juiz teria dúvidas de que não poderia partilhar validamente um bem proibido pela sua natureza. (...) Tendemos a considerar que o tribunal não pode decidir ou homologar um acordo referente ao destino de um determinado animal de companhia pertencente aos cônjuges que pretendem divorciar-se, sem que se mostrem acauteladas as exigências legais a eles atinentes. (...) Aliás, pensamos que a realização dessa actividade fiscalizadora leva a que o tribunal, ao assim decidir, esteja a salvar o próprio critério do bem estar animal.”<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, pp. 26 e 27.

De igual modo, RAÚL FARIAS preconiza que “(...) a verificação do preenchimento dos pressupostos legais do acordo pressupõe ainda (...) que nos casos em que a posse ou detenção de animais de companhia careça de licenciamento prévio (caso dos animais perigosos e dos animais abrangidos pela Convenção CITES), o conservador obrigue a parte a quem ficará destinado o animal a apresentar o licenciamento previamente obtido para a sua posse, sob pena de inviabilização do decretamento do divórcio por mútuo consentimento.”<sup>72</sup>. E ainda AUGUSTA PALMA, que vai mais longe ao defender que: “(...) ainda que com prejuízo da celeridade processual, oficiosamente, deverá o juiz ter conhecimento dos diplomas fundamentais relativos ao bem estar animal e solicitar aos cônjuges que documentem nos autos a sua situação residencial e familiar nuclear (v.g., título relativo ao direito real habitacional, certidões do assento de nascimento dos filhos e dos próprios cônjuges, declaração da junta de freguesia relativa ao número de residentes na habitação onde o animal de estimação é acolhido e às dimensões do espaço habitacional, boletim sanitário do animal de estimação, certificação do grau de perigosidade e cuidados a ter na coexistência humana/social, etc.).” e também “Não nos repugna, ademais, que, para o efeito, dentro da liberdade de conformação judicial, tenha lugar prévia auscultação de entidades estatutariamente promotoras do bem estar animal, por forma a ser garantido o respeito dos compromissos consignados no Protocolo Anexo ao Tratado de Amesterdão relativo ao Bem Estar Animal, em harmonia com o artigo 13.º do TFUE e o Farm Animal Welfare Committee.”<sup>73</sup>.

Em segundo lugar, é de referir o facto de o artigo 1793.º-A do Cód. Civil prever que o animal de companhia deve ser confiado a um ou a ambos os cônjuges, excluindo a possibilidade do mesmo ser confiado a terceiros. Daqui resulta que, mesmo chegando o juiz à conclusão de que nenhum dos cônjuges consegue assegurar adequadamente o bem-estar do animal de companhia, o mesmo será sempre confiado a um dos dois, uma vez que os interesses dos cônjuges irão sempre prevalecer. A este propósito, ANABELA PEDROSO questiona se “Deverá ser o juiz diligenciar por aferir se existe alguém com quem o animal tenha convivido e se queira responsabilizar por

---

<sup>72</sup> FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, p. 239.

<sup>73</sup> PALMA, Augusta - «Os Animais de Companhia na Jurisdição da Família e das Crianças», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, pp. 68 e 69.

*ele e, se sim, ao abrigo de que norma procedimental? Deverá reencaminhar a situação para os organismos municipais competentes?”*<sup>74</sup>. Também AUGUSTA PALMA se pronunciou quanto a esta questão, defendendo que a resposta deve passar por se aplicarem as “*soluções regulatórias praticáveis em relação às crianças e jovens, designadamente, a entrega a terceiro, dentro ou fora do agregado familiar em que o animal de companhia se integra, ou a instituição.*”<sup>75</sup>. De igual modo, MARIANNA CHAVES sustenta que “*o magistrado deverá verificar se há alguma pessoa que também tenha convivido com o pet e que deseje responsabilizar-se por ele. Nesta hipótese, deverá deferir a guarda a essa pessoa. Caso contrário, deverá encaminhar o animal para ser “adotado” por outra família.*”<sup>76</sup>. Temos sérias dúvidas de que a solução consagrada pelo legislador seja a mais correta, embora não exista fundamento legal para se poder confiar o animal de companhia a terceiros. Não obstante, no plano do direito a constituir, caso o animal de companhia não deva ser confiado a nenhum dos cônjuges, seguimos o entendimento da Doutrina anteriormente mencionada e dos profissionais inquiridos no âmbito do inquérito acima referido, ao considerarmos que os animais de companhia devem ser, por esta ordem, confiados a alguém que já conheçam, como familiares ou amigos do casal, destinados para adoção e, apenas em último recurso, acolhidos por uma associação ou instituição de defesa de animais.

Por último, tal como refere CARLOS CASTELO BRANCO<sup>77</sup>, o legislador não exige, com vista ao decretamento do divórcio, uma pronúncia acerca de questões como o regime de visitas do cônjuge a quem o animal de companhia não foi confiado e como a prestação de alimentos por parte do mesmo. A este propósito, RAÚL FARIAS preconiza que “*(...) apenas e só o destino do animal de companhia poderá ser fixado pelo juiz e nada mais. Se o juiz fixar algo mais neste domínio, a sentença proferida poderá incorrer no vício de nulidade, nos termos do disposto da al. e) do n.º 1*

---

<sup>74</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 26.

<sup>75</sup> PALMA, Augusta - «Os Animais de Companhia na Jurisdição da Família e das Crianças», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 73.

<sup>76</sup> CHAVES, Marianna - *Disputa de Guarda de Animais de Companhia em Sede de Divórcio e Dissolução de União Estável: Reconhecimento da Família Multiespécie?*

<sup>77</sup> BRANCO, Carlos Castelo - «Algumas notas ao Estatuto Jurídico dos Animais», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2017, I, p. 101, *apud* PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 24.



do art.º 615.º do Código de Processo Civil (...).”<sup>78</sup>. Porém, o autor não descarta a possibilidade de as partes poderem regular extrajudicialmente outras questões ou incluir outras cláusulas no acordo, referentes, por exemplo, a prestações de alimentos ou visitas pelo outro cônjuge, mas reitera que estas têm natureza meramente obrigacional, pelo que a “*existir uma eventual invalidade dos requisitos do negócio jurídico, nos termos do art.º 280.º, o conservador não poderá ser inviabilizar o prosseguimento do processo de divórcio por mútuo consentimento, uma vez que o destino do animal se mostra fixado e é isso que interessa ao legislador.*”<sup>79</sup>.

Em sentido contrário, AUGUSTA PALMA, que defende a aplicação analógica aos animais de companhia das regras relativas à regulação do exercício das responsabilidades parentais, com as devidas adaptações, defende que o acordo sobre o destino do animal de companhia deve conter, ou o juiz deve fixar, os mesmos temas previstos para a regulação das responsabilidades parentais, com as adaptações necessárias, onde podemos incluir então o regime de visitas e a prestação de alimentos por parte do cônjuge a quem o animal de companhia não foi confiado<sup>80</sup>. Também ANABELA PEDROSO sustenta que os cônjuges devem acordar, ou, na falta de acordo, o juiz deve fixar, um regime de partilha de despesas e de tempos de convivência com o animal de companhia<sup>81</sup>. A autora alerta, contudo, que “(...) *é relevante não perdemos de vista que a relação entre animais e pessoas não deriva do “poder familiar” (...). E isto também significa que o dono não pode ser obrigado a conviver com o animal, nem a responsabilizar-se pelo seu sustento se não quiser.*”<sup>82</sup>.

Tendemos a concordar com as referidas autoras, na medida em que tal se afigure necessário ao bem-estar do animal de companhia e não seja prejudicial para os cônjuges. Ou seja, por exemplo, se num determinado caso concreto o animal de companhia for confiado apenas a um dos cônjuges mas o mesmo tenha uma ligação emocional igualmente forte com o outro cônjuge a quem

---

<sup>78</sup> FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, p. 240.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>80</sup> PALMA, Augusta - «Os Animais de Companhia na Jurisdição da Família e das Crianças», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, p. 61

<sup>81</sup> PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 24.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 25.

não foi confiado, e se concluir que naquele caso a existência de um regime de visitas é benéfico para o bem-estar do animal, então consideramos que a solução mais correta passaria por o tribunal poder impor, não ao cônjuge a quem o animal de companhia não foi confiado, mas sim ao cônjuge a quem o mesmo foi confiado, um regime de visitas, sob pena de o bem-estar do animal de companhia poder ser colocado em risco caso este último cônjuge decida, por motivos egoístas e totalmente alheios ao bem-estar do animal de companhia, não permitir que o outro cônjuge conviva com o mesmo. Do mesmo modo, relativamente à prestação de alimentos, consideramos que tal possa ser uma possibilidade, especialmente naqueles casos em que o animal de companhia não seja confiado ao cônjuge com maior capacidade financeira.

## Conclusão

Após uma análise das alterações introduzidas no Cód. Civil português pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, não podemos deixar de louvar a decisão do legislador nacional de acompanhar os progressos levados a cabo, noutros ordenamentos jurídicos e ao nível internacional e europeu, na temática animal. Embora não se tenha consagrado expressamente que os animais deixaram de ser considerados, à luz da lei atual, coisas, ao contrário do que sucedeu noutros países europeus, a verdade é que se veio reconhecer um estatuto jurídico aos animais, em virtude do reconhecimento da sua senciência, ou seja, da sua capacidade de sentir prazer e dor. Pela primeira vez, a proteção jurídica dos animais é autónoma, tendo como fundamento a sua natureza de seres vivos sencientes. Assim sendo, acolheu-se no nosso ordenamento jurídico uma terceira categoria, situada entre as pessoas e as coisas – os animais – aos quais é aplicável o disposto em legislação especial, e, na sua ausência, o regime previsto para as coisas, desde que tal não se afigure incompatível com a sua natureza.

O conceito de bem-estar animal, embora já empregue noutros diplomas legais nacionais, foi transposto pela primeira vez para o Cód. Civil, em razão da introdução dos artigos 1305.º-A e 1793.º-A do mesmo diploma. O primeiro artigo mencionado vem impor aos proprietários de animais o dever de os mesmos assegurarem, entre outros, o bem-estar dos animais que tenham a seu cuidado. Isto porque, em face da redação atual do Cód. Civil, os animais continuam a poder ser objeto de relações jurídicas, sendo por isso da máxima importância que os proprietários de animais sejam obrigados a garantir o bem-estar animal, em particular, o bem-estar dos seus animais de companhia. Tal implica, conforme observámos ao longo da nossa exposição, que as necessidades básicas do animal de companhia, que extravasam em muito a lista exemplificativa fornecida pelo legislador no n.º2 do artigo 1305.º-A do Cód. Civil, sejam asseguradas: por exemplo, cuidados com o alojamento, alimentação, higiene, cuidados-médico veterinários, prática de exercício físico, etc. A este propósito, voltamos a salientar a infeliz omissão por parte do legislador nacional de regular as sanções aplicáveis em caso de incumprimento do dever acima mencionado. Somos, pois, da opinião que se trata de um aspeto que deverá ser revisto num futuro próximo, de modo a que a norma do artigo 1305.º-A do Cód. Civil goze da maior eficácia possível.

O artigo 1973.º-A do Cód. Civil, por sua vez, veio estabelecer o bem-estar animal, em particular dos animais de companhia, como critério determinante na fixação do destino dos mesmos em caso de divórcio ou rutura de união de facto, ao lado dos interesses dos cônjuges e dos respetivos filhos. Enquanto que estes últimos interesses são facilmente identificados, o mesmo não acontece com o bem-estar animal. Na impossibilidade de se elaborar uma *máxima* que nos permita indicar qual dos cônjuges consegue assegurar de forma mais adequada o bem-estar do animal de companhia, cumpre ao julgador analisar caso a caso, tomando em consideração fatores como a ligação emocional existente entre os cônjuges e o animal de companhia, a capacidade de garantir a acomodação ou de proporcionar o maneo adequado, o tempo despendido com o animal, a capacidade financeira, entre outros, devendo ainda munir-se da opinião de profissionais da área quando necessário.

Ora, se por um lado o legislador vem dar um passo em frente ao enunciar, em termos gerais, o dever de se assegurar o bem-estar animal, com fundamento na sua natureza senciente, logo vem, por outro, dar dois passos para trás, ao permitir que o bem-estar animal seja derogado na eventualidade de não se coadunar com os interesses dos cônjuges ou dos filhos do casal, uma vez que o legislador subordinou o bem-estar animal aos interesses e desejos humanos. Não podemos deixar de lamentar a solução adotada pelo legislador de criar uma hierarquia entre os interesses dos cônjuges e dos filhos do casal e o bem-estar animal, que ocupa então uma posição secundária. Note-se que o cumprimento do artigo 1793.º-A pode inclusivamente contender com o cumprimento do artigo 1305.º-A, ambos do Cód. Civil. Ou seja, caso a fixação do destino do animal de companhia seja feita junto de um dos cônjuges, com base em interesses determinantes desse mesmo cônjuge ou dos filhos do casal, não sendo, para este efeito, esse cônjuge apto a garantir o bem-estar do animal de companhia, o artigo 1305.º-A do Cód. Civil ver-se-á por esse motivo inobservado. Consideramos que a solução consagrada pelo legislador deve ser revista, uma vez que tendemos a concordar com a opinião da maioria da Doutrina que se pronuncia no sentido de os interesses dos cônjuges, dos filhos do casal e o bem-estar animal deverem situar-se todos ao mesmo nível, competindo então ao julgador, no caso concreto, articular todos estes critérios entre si.

Concluimos a presente exposição com a nota de que nos sentimos otimistas em relação às alterações legislativas levadas a cabo pela Lei n.º8/2017, de 3 de março, sem prejuízo de ansiarmos por novos desenvolvimentos nesta temática, uma vez que o bem-estar dos animais, em particular, dos animais que não sejam considerados de companhia, se encontra ainda longe de ser totalmente respeitado e garantido. E gostaríamos de deixar o leitor com a seguinte célebre frase de Mahatma Gandhi: *“The greatness of a nation and its moral progress can be judged by the way its animals are treated.”*.

## Referências bibliográficas

ASCENSÃO, José de Oliveira - *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.<sup>a</sup> Edição Refundida, Edições Almedina, SA, 2013

BARBOSA, Mafalda Miranda e MATOS, Filipe Albuquerque - *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, 1.<sup>a</sup> Edição, GESTLEGAL, LDA, 2017

BRANCO, Carlos Castelo - «Algumas notas ao Estatuto Jurídico dos Animais», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2017, I, p. 101, *apud* PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, p. 24.

Disponível para consulta em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb\\_DireitoAnimais2019.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_DireitoAnimais2019.pdf)

BROOM, Donald M. - «A History of Animal Welfare Science», in *Acta Biotheoretica*, 2011, p. 13. Disponível para consulta em:

[https://www.researchgate.net/publication/49968389\\_A\\_History\\_of\\_Animal\\_Welfare\\_Science](https://www.researchgate.net/publication/49968389_A_History_of_Animal_Welfare_Science)

CARMO, Sofia A.P. do, FONSECA, Isabel M.S. Pereira da, ROSA, Ilda M.N. Gomes - «Caracterização dos cães de assistência (cães-guia, cães para surdos e cães de serviço) em Portugal», in *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, pp. 43-44

Disponível para consulta em: [http://www.fmv.ulisboa.pt/spcv/PDF/pdf6\\_2014/43-50.pdf](http://www.fmv.ulisboa.pt/spcv/PDF/pdf6_2014/43-50.pdf)

CHAVES, Marianna - *Disputa de Guarda de Animais de Companhia em Sede de Divórcio e Dissolução de União Estável: Reconhecimento da Família Multiespécie?*

Disponível para consulta em:

<http://ibdfam.org.br/artigos/1052/Disputa+de+guarda+de+animais+de+companhia+em+sede>

Code of Practice for the Welfare of Cats, Presented to Parliament pursuant to section 15 of the Animal Welfare Act 2006, December 2017. Disponível para consulta em:

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/697941/pb13332-cop-cats-091204.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/697941/pb13332-cop-cats-091204.pdf)

Code of Practice for the Welfare of Dogs, Presented to Parliament pursuant to section 15 of the Animal Welfare Act 2006, December 2017. Disponível para consulta em:

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/697953/pb13333-cop-dogs-091204.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/697953/pb13333-cop-dogs-091204.pdf)

CORDEIRO, António Barreto Menezes - *A natureza jurídica dos animais à luz da Lei n.º8/2017, de 3 de março*, pp. 15-20.

Disponível para consulta em: <https://blook.pt/publications/publication/bec30c1c54b7/>

DUARTE, Maria Luísa - «Direito da União Europeia e estatuto jurídico dos animais: uma grande ilusão», in *Animais: Deveres e Direitos*, Conferência Promovida pelo ICJP em 11 de Dezembro de 2014, p. 36.

Disponível para consulta em:

[https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook\\_animais\\_deveres\\_direitos\\_2015.pdf](https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_animais_deveres_direitos_2015.pdf)

EASON, L. Morgan - *A Bone To Pick: Applying a Best Interest of the Family Standard in Pet Custody Disputes*, pp. 27-28.

Disponível para consulta em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2726163](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2726163)

FARIAS, Raúl - «O Direito dos Animais (de Companhia) no Direito Português da Família Após as Alterações Introduzidas pela Lei N.º8/2017», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Vol. 3 (2017), No. 6, pp. 239-243.

Disponível para consulta em: <https://www.blook.pt/publications/publication/26efc4bfabf4/>

FRAGOSO, Mariana Figueiredo - *Short-Term Behavioural Reactions of Two Dolphin Species To A Biopsy. Pole System: A Preliminary Assessment of Animal Welfare And Technique Validation*,

Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina Veterinária, p. 27. Disponível para consulta em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/17131>

GONÇALVES, Monique Mosca - «Bem-estar e produção animal no Direito europeu: estágio atual e novas perspectivas», in *O Direito*, Ano 150.º, 2018, II, Almedina

HÖRSTER, Heinrich Ewald - «A propósito da Lei n.º 8/2017, de 3 de Março: os animais ainda serão coisas (objectos da relação jurídica)?», in *Revista Jurídica Portucalense*, Vol. 2017, No. 22, p. 9. Disponível para consulta em: <https://www.blook.pt/publications/publication/b1373847daca/>

LEITE, Fátima Correia, e NASCIMENTO, Esmeralda - *Regime Jurídico dos Animais de Companhia*, Coimbra, Almedina, 2004

MELLOR, David J. - *Moving beyond the “Five Freedoms” by Updating the “Five Provisions” and Introducing Aligned “Animal Welfare Aims”*. Disponível para consulta em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5082305/>

MICHEL, Margot e KAYASSEH, Eveline Schneider - *The Legal Situation of Animals in Switzerland: Two Steps Forward, One Step Back – Many Steps to Go*, pp. 31-34.

Disponível para consulta em: <https://www.afgoetschel.com/de/downloads/legal-situation-of-animals-in-switzerland.pdf>

PALMA, Augusta - «Os Animais de Companhia na Jurisdição da Família e das Crianças», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, pp. 59-73.

Disponível para consulta em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb\\_DireitoAnimais2020.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_DireitoAnimais2020.pdf)

PASSINHAS, Sandra - «O Novo Estatuto Jurídico Dos Animais – A Questão Da Colisão De Direitos», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, pp. 72-88.



Disponível para consulta em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb\\_DireitoAnimais2019.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_DireitoAnimais2019.pdf)

PEDROSO, Anabela - «Animais e(m) Família», in *O Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2019, pp. 11-29. Disponível para consulta em: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb\\_DireitoAnimais2019.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_DireitoAnimais2019.pdf)

REIS, Marisa Quaresma dos - «O Papel dos Tribunais na Densificação da Nova Dimensão Jurídica dos Animais», in *Direito dos Animais*, Coleção Formação Contínua, Centro de Estudos Judiciários, 2020, pp. 20-24.

Disponível para consulta em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb\\_DireitoAnimais2020.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_DireitoAnimais2020.pdf)

SIMÃO, José Fernando - «Direito dos Animais: Natureza Jurídica. A Visão do Direito Civil», in *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Ano 3 (2017), nº 4, pp. 904-908. Disponível para consulta em: <https://blook.pt/publications/fulltext/f2d76507c04e/>

WALSH, Froma - *Human-Animal Bonds I: The Relational Significance of Companion Animals*, pp. 466-471.

Disponível para consulta em: [https://www.researchgate.net/publication/40023863\\_Human-Animal\\_Bonds\\_I\\_The\\_Relational\\_Significance\\_of\\_Companion\\_Animals](https://www.researchgate.net/publication/40023863_Human-Animal_Bonds_I_The_Relational_Significance_of_Companion_Animals)

WSAVA Animal Welfare Guidelines for Companion Animal Practitioners and Veterinary Teams, p. 15. Disponível para consulta em: <https://wsava.org/wp-content/uploads/2019/12/WSAVA-Animal-Welfare-Guidelines-2018.pdf>

## O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º8/2017, de 3 de março

O presente questionário enquadra-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Direito Civil, com o título "O conceito de bem-estar animal para efeitos da Lei n.º8/2017, de 3 de março", realizada na Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa.

Em virtude das alterações que o novo Estatuto Jurídico dos Animais trouxe ao Código Civil português, os tribunais passaram a ter de fixar, nos casos de divórcio, o destino a dar aos animais de companhia existentes, ou seja, caso os cônjuges não cheguem a acordo, o tribunal deve decidir a quem é que o animal de companhia deve ser confiado - isto é, com quem é que deve residir. A lei prevê que os animais de companhia podem ser confiados a um dos cônjuges ou a ambos, devendo, para tal, ser considerados alguns critérios, entre os quais o bem-estar do animal de companhia.

O objetivo do presente questionário consiste em obter opiniões sobre este último critério, mais concretamente, em tentar perceber qual dos cônjuges se encontra mais apto a assegurar o bem-estar do animal de companhia.

Para este efeito, focámos a nossa atenção nos animais de companhia que se encontram mais frequentemente nos lares portugueses: cães, gatos, aves, coelhos, hamsters, porquinhos-da-Índia, peixes, tartarugas e lagartos.

O questionário inclui dois tipos de perguntas: colocar por ordem de preferência e respostas de sim ou não, sendo que no final de cada secção existe um espaço de resposta livre em que, se desejar, tem a opção de fundamentar as suas respostas.

Considerámos que todas as perguntas são aplicáveis a todos os animais de companhia, com a exceção de uma pergunta, devidamente assinalada, que se destina essencialmente às novas espécies de animais de companhia. Se considerar que, por qualquer motivo, a sua resposta é diferente consoante a espécie de animal de companhia em causa, pode fazer essa distinção na parte destinada à fundamentação livre.

O questionário é anónimo e as respostas obtidas serão utilizadas unicamente para fins académicos. Agradecemos apenas que preencha as seguintes informações de natureza pessoal, que se destinam ao tratamento das respostas:



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL8dnc048JNqk9SErnxhKCE2aMngYW46cgU452OvmJCMUVcXw/viewform>

1/3

Agradeço a atenção pelo tempo despendido e pela colaboração.

\* Required

Género: \*

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Idade: \*

- ☐ Menos de 25 anos
- ☐ Entre 25 e 45 anos
- ☐ Entre 46 e 65 anos
- ☐ Mais de 65 anos

Habilitações Académicas \*

- ☐ Secundário
- ☐ Curso Profissional
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento



Profissão: \*

- ☐ Médico/a Veterinário/a
- ☐ Criador/a
- ☐ Proprietário/a de Pet Shop
- ☐ Associação de Defesa de Animais
- ☐ Other:

Next

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

Google Forms



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnc48JNqtbSEnchKCE2aMtgYw48cgU452OvnnJCMUvcXw/viewform>

3/3

## O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º8/2017, de 3 de março

Por favor, coloque por ordem de preferência as opções abaixo e, se desejar, fundamente a sua resposta no final.

Na determinação do destino do animal de companhia, com um ou ambos os cônjuges, considera que deve ser dada preferência:

	1.º	2.º	3.º
Aos interesses dos cônjuges	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aos interesses dos filhos do casal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ao bem-estar do animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Em termos gerais, deve ser dada preferência ao cônjuge que:

	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
Garanta uma melhor acomodação do animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenha maior capacidade financeira para sustentar o animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenha uma maior ligação emocional com o animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenha mais disponibilidade para passar tempo com o animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habite com os filhos do casal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



No que respeita à acomodação, deve ser dada preferência ao cônjuge que:

	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º
Permaneça na casa de morada de família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida na casa com a dimensão mais adequada ao porte do animal de companhia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida na casa em que exista menor perigo de fuga ou do animal se magoar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida numa casa com jardim/quintal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida numa casa com jardim/quintal, mas o animal permaneça no exterior à corrente/em canil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnsc48JNqfsSEncbKCE2aMngYWA8cgU452OvnnJCMUVcXw/formResponse>

3/8

1/23/2021

O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º 8/2017, de 3 de março

Resida num apartamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida num apartamento, mas tenha possibilidade de passear o animal mais vezes por dia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quando o animal de companhia não deva ser confiado a nenhum dos cônjuges, considera preferível que ele:

	1.º	2.º	3.º
Permaneça com alguém que já conhece (família ou amigos do casal)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seja destinado para adoção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seja acolhido por uma associação ou instituição de defesa dos animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>





Relativamente às novas espécies de animais de companhia, deve ser dada preferência ao cônjuge que:

	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
Tenha capacidade de proporcionar o maneiio adequado à espécie animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenha maior ligação emocional com o animal de companhia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenha mais disponibilidade para passar tempo com o animal de companhia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habite com os filhos do casal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resida com os outros animais de companhia da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Se desejar, fundamente as suas respostas.



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL8dnsc48JNqkSSEnchKCE2aMngYW48cgU452OvnnJCMUVcXw/formResponse>

5/8

1/23/2021

O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º 8/2017, de 3 de março

Your answer

Back

Next

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

Google Forms



## O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º8/2017, de 3 de março

Por favor, responda SIM, NÃO ou OUTRA às questões abaixo, e, se desejar, fundamente a sua resposta no final.

Se a sua resposta for "Outra" (ex: talvez, depende), fundamente na linha à frente.

Deve ser dada preferência ao cônjuge que treine com o animal (ex: treino de obediência, desportos caninos)?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

Considera viável a guarda partilhada de um animal de companhia?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:



Considera benéfica a existência de um regime de visitas por parte do cônjuge com quem o animal de companhia não reside?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

Considera benéfica a existência de uma obrigação de prestação de alimentos por parte do cônjuge a quem o animal de companhia não seja confiado?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

No caso de existir mais do que um animal de companhia, de espécies diferentes, na unidade familiar, considera benéfico que os animais permaneçam juntos, sendo todos confiados ao mesmo cônjuge?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:



No caso de existir mais do que um animal de companhia, da mesma espécie, na unidade familiar, considera benéfico que os animais permaneçam juntos, sendo todos confiados ao mesmo cônjuge?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

No caso de existir mais do que um animal de companhia, de uma espécie considerada "social" (ex: porquinhos-da-india), considera prejudicial os animais serem separados, sendo uns confiados a um dos cônjuges e outros ao restante?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

Considera que existem problemas de saúde, por parte do animal (ex: doenças crônicas), que levem a que ele deva ser confiado a um dos cônjuges em detrimento do outro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:



A existência de problemas de saúde (físicos ou psicológicos), por parte dos cônjuges, pode levar a que o animal deva ser confiado a um e não ao outro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

A existência de algum tipo de vício (ex: álcool, tabaco, drogas), deve ser critério para não se confiar o animal de companhia a algum dos cônjuges?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

O facto de um dos cônjuges adotar comportamentos perigosos (ex: comportamentos violentos) deve ser critério para não se confiar o animal de companhia a algum dos cônjuges?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:



O facto de um dos cônjuges passar a residir com novas pessoas (ex: novos parceiros, pais, irmãos, amigos) deve ser critério para se confiar o animal ao outro cônjuge?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

O facto de um dos cônjuges viajar frequentemente deve ser critério para que o animal não lhe seja confiado?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:

A profissão dos cônjuges (ex: veterinário, trabalho por turnos) deve ser critério para a fixação do destino do animal?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Other:



Back

Next



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnsc48JNqfsSEnchKCE2sMngYWA8cgU452OvenJCMUv0XwifformResponse>

5/8

## O Conceito de Bem-Estar Animal para Efeitos da Lei n.º8/2017, de 3 de março

Muito obrigada!

[Back](#)

[Submit](#)

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

Google Forms

